

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E CATORZE:** =====

===== *Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, pelas dezoito horas e cinco minutos na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, Secretariado pelos Senhores António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário e Helga Alexandra Freire Correia – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31.12.2013 (atualizado em 16.01.2014) - Apreciação;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30.09.2013 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – reporte a 31.12.2013 - Apreciação;*=====

===== **Ponto cinco:** *1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2014 – 2ª Modificação Orçamental - Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *Assunção de compromissos plurianuais – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal;* =====

===== **Ponto sete:** *Acordo de revogação celebrado com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga – Ratificação/ Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** *Minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga - Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Projeto Educativo Municipal (PEM) de Oliveira de Azeméis - Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de cooperação celebrado entre a Fundação Manuel Brandão e o Município – Projeto “Vivências com (Qual) Idade – Ratificação/ Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Contrato de Local de Desenvolvimento Social+ - Ratificação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Contrato-programa a celebrar com a Obra Social de S. Martinho da Gândara – Autorização;* =====

===== **Ponto quinze:** *Protocolo de cedência da Escola EBI de Santo António à Freguesia de Ossela – Autorização;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro da Cidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Amélia Correia Unipessoal, Lda. – Pedido de isenção do pagamento de taxas relativas à compensação pela não criação de lugares de estacionamento público e ainda pela área coberta destinada a picadeiro;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Nomeação da comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal.*=====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel Alves da Costa Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, José Domingos Campos da Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernandes Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques*

Ribeiro, José Ramos da Silva, Ana Raquel Simões Teixeira, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Como passam trinta e cinco minutos da hora que estava acordada para o início da Assembleia Municipal, vamos então dar início à Assembleia. Caríssimos Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, excelentíssimo público, minhas Senhoras, meus Senhores. Neste período de antes da Ordem da Dia, eu começava por dar a palavra ao Deputado José Oliveira. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados, público, comunicação social, sintam-se todos cumprimentados. Senhor Fernando Tavares Oliveira (Senhor Leira), funcionário nº 297 da Câmara Municipal. No dia 30 de janeiro, do corrente ano, à tarde, foi confirmada a notícia triste que ninguém queria ouvir, acabou por chegar: O “Leira” tinha partido para outro Mundo. O “Leira” da família; O “Leira” do Rancho das Padeirinhas de Ul; O “Leira” da União Desportiva Oliveirense; O “Leira” das Associações do Concelho; O “Leira” do Benfica; O “Leira” da Universidade de Aveiro; O “Leira” da Escola Superior de Enfermagem; O “Leira” da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. O seu funeral, debaixo de chuva e frio, mas, nem assim deixou de ser uma extraordinária manifestação de profundo pesar. Ninguém arredou pé. Primeiro no cemitério de Oliveira de Azeméis, mais tarde, em S. Martinho da Gândara, foram muitos, aqueles que fizeram questão de marcar presença na sua despedida. O “Leira” partiu cedo. Era um homem simples, generoso trabalhador e sempre bem-disposto, era inconfundível, nunca dispensava o seu boné e as conversas acabavam quase sempre, ou, em assuntos da Câmara Municipal, do Benfica ou do Oliveirense. Era um bom homem. Era um homem bom. Deixa saudades. À Família, aqui fica um abraço solidário. Para as gerações vindouras, que o “Leira” seja inspirador de valores, da família, trabalho e dedicação. Era um homem carismático. Não se lhe conheciam inimigos, pelo contrário, tinha muitos bons amigos.

*Até sempre. O PSD propõe um voto de pesar pelo falecimento e bem como seja guardado um minuto de silêncio em sua memória. Obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Muito obrigado Senhor Deputado. Penso que este voto de pesar nem vale a pena pô-lo à consideração da Assembleia, porque penso que é perfeitamente consensual. Estivemos todos e estamos todos com o Amigo “Leira”. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Lourenço, do PS. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente, Secretários, Executivo, Vereadores, colegas, público, comunicação social, considerem-se todos cumprimentados. O assunto que trás cá hoje prende-se com um caso de saúde pública. E como tem estado presente na agenda mediática dos últimos tempos as doenças relacionadas com o amianto utilizado em larga escala na construção civil e noutras aplicações até aos anos 90, mataram pelo menos 231 pessoas em Portugal entre 2007 e 2012, segundo dados da direção geral de saúde. Acresce agora que, aquando da construção de edifícios públicos, Oliveira de Azeméis não foge à regra apresentando uma série de equipamentos com este tipo de materiais dando como exemplo a Escola Básica Bento Carqueja. É uma questão que nos deve preocupar a todos e agora que está confirmado que há problemas, precisamos que se encontrem soluções urgentes. Senhor Presidente, sendo certo que este assunto fará parte das suas preocupações, pergunta-se: Que medidas já foram tomadas e que passos é que a Autarquia deu ou irá dar para acelerar o processo de remoção e sinalização dos edifícios com amianto, nomeadamente os escolares? Aproveitar também a ocasião, Senhor Presidente, qual o ponto de situação do edifício sede do Agrupamento de Escolas Soares de Basto, tendo em conta os excessivos atrasos que se têm verificado para quando o retomar das obras? Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Augusto Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====*

*===== Muito boa tarde. Senhor Presidente, Senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, meus Senhores e minhas Senhoras, comunicação social. Nos passados dias 1 e 2 de fevereiro, tiveram lugar as Jornadas Técnicas de Cesar, numa organização da ADRITEM com as parcerias da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Junta de Freguesia de Cesar e Villa Cesari, com os seguintes objetivos: Identificar os problemas e as potencialidades da Freguesia de Cesar; Definir as linhas estratégicas do Plano de Desenvolvimento para Cesar para o período 2014 - 2020. Estas Jornadas foram*

*dirigidas às Associações, Grupos de Jovens, Empresas Instituição Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e população em geral da Freguesia de Cesar. Tinham também como alvo instituições de carácter concelhio ou regional. Foram definidas as seguintes áreas temáticas para os Grupos de Trabalho: Território; Ambiente de Recursos Naturais; Ordenamento e Sustentabilidade Ambiental; Demografia e Capital Humano; Formação e Emprego; Setor Social; Cultura e Património; Atividades Económicas; Agricultura; Floresta; Indústria e Turismo. Participaram nos diversos Grupos de Trabalho cerca de 50 pessoas, representantes de todas as instituições de Cesar, representantes da indústria, comércio e particulares coordenados por especialistas das diferentes áreas. As Jornadas Técnicas registaram forte adesão com participada reflexão e muitos contributos. Pode dizer-se que Cesar respondeu à altura a esta iniciativa. Na apresentação das propostas do Grupo de Trabalho, troca de experiência e debate que se seguiu, ficamos com um documento de trabalho que permitiu identificar os problemas e as potencialidades da Freguesia de Cesar para definir as linhas estratégicas do seu plano de desenvolvimento para o período de 2014 - 2020. Como opinião dos vários intervenientes, ficamos com as seguintes conclusões: A importância desta reflexão para o desenvolvimento sustentável dos próximos anos; A importância do trabalho em equipa para a análise e resolução de problemas comuns; A grande participação das forças vivas da Freguesia com particular incidência nos jovens; A relevância deste modelo de iniciativas como fortalecimento do trabalho em parceria. As Jornadas foram o início de um caminho conjunto, com o objetivo de promover Cesar, melhorar as condições do Cesarenses e tornar Cesar num lugar mais atrativo para quem nos visita. A Junta de Freguesia de Cesar vem desta forma agradecer aos participantes das Jornadas, aos parceiros da iniciativa e esperando que estas Jornadas tenham sido um estímulo para ADRITEM e futuras ações do género a realizar na sua área de intervenção. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====*

*===== Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, imprensa aqui presente. Boa tarde.*

*.Venho hoje aqui, a este púlpito, trazer, infelizmente, um assunto que, a todo nós, diz respeito, pela via social. É do Centro Social Comendadora Dr.ª Leonilda Aurora da Silva Matos. Tendo sido fundado em 1981 graças à irreverencia dos autarcas locais, desse tempo, imbuídos no espirito social e doação ao próximo da nossa Comendadora Dr.ª Leonilda Matos e seu saudoso marido Senhor Arlindo Leite da Silva, iniciaram uma caminhada que levou a bom porto uma instituição digna do nome que ostenta a nossa patrona. Foram grandes os sacrifícios de pessoas, onde eu tenho a honra de me incluir, para levar de vencida uma época em que os subsídios para a construção das primeiras instalações não abundavam. Quando em 1987, se inaugurou a primeira fase do então Centro Social, com pompa e circunstância, longe estaria na*

mente de quem gosta da sua terra e das instituições, o que se iria passar atualmente. Quando a nossa Câmara Municipal instituiu o prémio Comendador Dr.<sup>a</sup> Leonilda Aurora Silva Matos como propósito de incitamento à benemerência, ao exemplo de vida, do doar-se, fê-lo consciente que estaríamos perante uma Grande Senhora, que o foi e eu sou testemunha disso mesmo. Pergunto: O que diria a eloquente benemérita e seu marido? Eu sei porque conhecia-os muito bem. Contribuíram com todo o seu património, que deram com amor à instituição que sonharam para a sua terra, num grande exemplo de altruísmo. Senhor Presidente da Câmara, caros companheiros desta Assembleia, o meu carater de gostar da minha terra e defesa do bem e do querer o bem para as instituições da minha terra, do meu concelho, leva-me a intervir neste plenário, com muita tristeza. Hoje o Centro Social Dr.<sup>a</sup> Leonilda Aurora da Silva Matos está a passar por uma fase de grandes dificuldades, com dívidas a fornecedores, aos funcionários, às suas obrigações fiscais, fruto de investimentos mal calculados por uma gestão de uma pessoa que por onde passou deixou rasto de gestão danosa muito grave. É doloroso ver fornecedores, empregados, sem receberem o que lhes pertence. Processos em Tribunal de fornecedores desesperados para receberem o que lhes pertence. Funcionários que não recebem o seu salário (só receberam 20% em janeiro). Têm o subsídio de férias em falta (referente a 2012). Desesperam por verem o seu trabalho a ir por água abaixo. Sentem que a instituição não está bem. Sabem que o Presidente e seu filho levam uma vida como se nada se passasse. Sabem que o Presidente empregou filhos e enteados a seu belo prazer. Sabem que excomungou Directores, não permitiu e não permite novos associados, não dá ordens para cobrar quotas, como forma de controlar a instituição só. Meteu ultimamente uma filha a liderar o conselho fiscal, num atentado muito grave e ferido de ilegalidade. Sabemos que a própria Segurança Social já intentou ações ultimamente sobre muitas das ilegalidades que se cometem no dia-a-dia. Directores com contas bancárias e bens penhorados. Directores que zarpam com medo das gravíssimas irregularidades que andam no ar. Dei nota já, pessoalmente, inclusive ao Senhor Ministro da Segurança Social, que é preciso intervir, para se encontrar uma solução para que a instituição não feche. Desde há 3 anos, pelo menos, que se fazem graves atropelos na gestão de uma casa que abunda pela fartura para uns e mingua para outros. Senhor Presidente, sei de antemão que não compete à Excelentíssima Câmara substituir a Direção. Também sei que o Senhor Presidente da Câmara tem tido um papel de grande preocupação por toda a situação, deste mais que eminente drama social. As dívidas ultrapassam os quatro milhões de euros (4.000.000,00€), fruto do investimento que pergunto. Lar Vila Nida participado em 60% pelo Programa PARES, 20% pela Câmara Municipal, o que daria uma participação de 20% à instituição. Lar Residencial do Pisão, investimento mal calculado e agora em tribunal até quando? Como é possível fazer-se investimentos na ordem dos cinco milhões de euros (5.000.000,00€), o que obrigava a Instituição a contribuir de forma direta e indireta a cerca de um milhão de euros (1.000.000,00€) e estar-se a dever cerca de quatro milhões de euros (4.000.000,00€), onde para o dinheiro? É caso de polícia. Os investimentos são públicos, as obras são públicos mas, entregar como garantia todos os bens numa grande irresponsabilidade,

*sem analisar e ter a permissão e fiscalização séria do conselho fiscal, é muito grave. Esse Senhor que se dá pelo nome de José da Silva Santos deve merecer o nosso repúdio, por aquilo que está a fazer, como se fosse seu, ao Centro Social Dr.ª Leonilda Aurora Silva Matos. Ela está a ver todas essas atrocidades de uma pessoa muito e muito irresponsável. Como nota final, peço como Fajoense e Presidente da Junta de Freguesia de Fajões a vossa solidariedade. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas da Assembleia. A minha primeira palavra e a minha primeira intervenção era para referir, ao nível da Ação Social, nomeadamente, o Programa Metropolitano de Emergência Social, que, financiado em setenta e sete mil e quinhentos e seis euros (77.506,00€), fez um trabalho notável ao nível das famílias que foram beneficiadas com esta ajuda e apoio às famílias carenciadas. De facto para dizer que, foi uma execução de 100%. Onde, a Ação Social nomeadamente apoiou cerca de 877 pessoas, das quais 515 são adultos e 362 são crianças. De facto, Senhor Presidente, Senhora Vereadora da Ação Social, este trabalho que a Ação Social tem realizado, ao nível do concelho de Oliveira de Azeméis e o empenho que tem feito para e a atenção que tem demonstrado neste campo, na nossa perspectiva, só nos deve orgulhar por este trabalho que têm desenvolvido, a Câmara também, e, ter executado esta verba no apoio a quem necessitava. É uma referência que gostaria de deixar: O excelente trabalho que, a todos nós, Oliveirenses, nos deve orgulhar tendo em conta que até a taxa de execução foi toda executada. Saudar também, o Município, pelo seu apoio incondicional e inequívoco a todos os cidadãos deste concelho. De facto o trabalho tem sido notável, como já referi, e tem sido desenvolvido ao longo destes anos todos uma continuidade, que eu diria, sem limites. A par deste empenho social, regista-se também uma atividade importante mais direcionada para os adultos ou mais velhos ativos. E, destaco aqui, volvidos dez anos depois de ter sido lançado o programa de ação - Viver Melhor - para a população sénior que precisamente no ano 2014 vai celebrar o seu décimo aniversário. Só para referir que, embora tenha começado com 18 turmas de adultos, hoje, em 2014, serve 33 turmas das quais participam mais de um milhar de pessoas idosas. Portanto, um trabalho que também deve ser aqui destacado, como disse, pela capacidade e pelo bem que tem feito à sociedade mais idosa que muito merece o nosso apoio. Também, no mesmo alinhamento, gostaria de enaltecer também a Câmara Municipal juntamente com os Rotary Club de Oliveira de Azeméis pela iniciativa que tiveram na construção ou reconstrução da “Casa da Mónica” e que, também, como sabemos, usufruiu do apoio da comunidade local, empresários, pessoas individuais, mas realçar também este empenho que a Ação Social da Câmara Municipal tem demonstrado ao longo da sua atividade. De facto, é um trabalho notável pelo qual todos nós nos devemos orgulhar e que Oliveira de Azeméis mais uma vez sai reforçado no seu trabalho*

*nesta área. Por fim, também gostaria de chamara aqui à atenção e deixar aqui apenas uma opinião, do ponto de vista de algumas atrocidades que se vai fazendo ao nível da humanidade. Realço aqui, embora não seja este o fórum, mas gostaria de deixar aqui a minha opinião pessoal, porque penso que é importante este facto: - Há dias, relatava a comunicação social a eutanásia infantil, na Bélgica. É um problema que a todos nós no deve fazer refletir, esta rampa deslizante daquilo que é a atividade social e daquilo como, a partir de um dado que parece até favorável para quem sofre, vamos criando medidas, avulsas, no sentido de, facilitar depois, uma cultura que eu creio mais uma cultura de morte do que uma cultura de vida. Aliás, tive a oportunidade de escrever isso e deixar bem patente esta posição: Nós como comunidade, nós como homens e mulheres do século XXI, temos que pautar pela dignidade, mas também na dignidade de quem sofre e na dignidade de quem vive. E, na minha perspectiva, ao termos uma posição relativamente passiva ou indiferentismo social, para os responsáveis ainda que aqui não seja o órgão decisório, mas também devemos refletir isto porque afeta a todos nós e cada um em nós em particular um dia nos vai afetar. Por isso, deixo aqui a minha indignidade para uma atrocidade, que, registo: - Que é uma cultura de morte. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS.=====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. Pensar o espaço urbano, a qualidade de vida que este oferece, o conforto da mobilidade, atração de residentes e não residentes, é muito mais do que infraestruturar. Para lá dos edifícios, o dinamismo depende das ações que se vão desenvolvendo e, na verdade, as infraestruturas são apenas um meio para se conseguir isso. 27 Fevereiro de 2014, à data de hoje, fevereiro de 2014, é importante recordar que, cito: - “relativamente á Praça da Cidade, ainda ninguém disse, mas pela forma como já eu ouvi tratar isso e também vejo noutros locais, só falta dizerem que a Câmara Municipal tem aquilo fechado porque quer ou porque tem prazer em ter aquilo fechado”- palavras do Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal de 30 de abril de 2012. Já na altura, muito tempo depois de o espaço estar fechado e se ter onerado o Município em mais cinquenta mil euros (50.000,00€) com a compra de algum material da antiga concessão, havia muitos interessados naquele equipamento. Quando, já em dezembro de 2011, a Bancada do Partido Socialista alertou para este erro de má gestão, a desculpa foi de arrendar o espaço já com aquele material. O tempo passou e passou muito tempo, mais de dois anos, e o que deveria ser um espaço urbano de centralidade de dinamismo é o que se vê. Se a Câmara Municipal tem aquilo fechado porque quer ou porque tem prazer, desconheço. O que toda a gente pode dizer é da sua incapacidade para encontrar soluções com celeridade e resolver o problema. Foi iniciado um concurso público que, apesar dos critérios mais ou menos minimalistas, referia pelo menos a necessidade do promotor promover e dinamizar o espaço. Algum critério que permitisse salvaguardar o que todos esperamos para a Praça da Cidade.*

*Como sabemos também isso foi gorado. O que seria uma concessão a dez (10) anos e com algumas regras, será agora uma entrega por vinte (20) anos sem regras nenhuma e direito a isenção de meio ano (6 meses). O que eram multinacionais interessadíssimas passou a ser um pequeno promotor. Aliás, na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, exatamente há um ano atrás, diz o Senhor Presidente de Câmara: - “ dizer-vos que nós esperamos o mais rápido possível uma solução, uma solução com futuro, uma solução em que todos nos possamos rever seja encontrada. Ainda hoje o Senhor Dr. Ricardo Tavares, o Senhor Vice-presidente, teve no local uma reunião com uma multinacional que quis visitar o espaço e que andou demoradamente a visitar o espaço, durante a tarde de hoje ” - e acrescentou ainda o Senhor Presidente: - “ e segundo me disse, já aqui, em Santiago de Riba-Ul, o Senhor Vice-presidente vinha muito animado, porque a conversa tinha corrido muito bem” - fim de citação. Mais uma vez, se vinha animada ou não, desconheço. O que sei é que um ano depois o espaço continua absolutamente desanimado. Agora, podemos de facto dizer, porá quilo que vamos vendo, o Senhor Presidente tem soluções de futuro. Dois anos é futuro suficiente, é quase história. Mas, mesmo assim, concurso nada, só discurso e muito. Dizia o Senhor Presidente na mesma Assembleia Municipal, há um ano, a 28 de fevereiro de 2013: - “naturalmente que aquilo que nós dissemos é que ia haver um concurso, não podia ser de outra maneira, a aquela infraestrutura tem recursos do QREN, do quadro comunitário de apoio, para a sua construção e portanto não pode haver nenhuma venda daquele espaço e portanto tem que haver as regras da contratação e portanto o concurso público” – fim de citação. Senhor Presidente perguntas claras: Um - Porque deixou de ser necessário o concurso público? Dois: - Porque alterou as regras que considerou relevantes no concurso entretanto sem efeito? Três – Que garantias encontra neste promotor que o levam a entregar diretamente um espaço muito relevante para o dinamismo do centro da cidade por vinte (20) anos? Sem exigências, como vai garantir o dinamismo que aquele espaço merece? Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada Ana Neves, do PSD.=====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, comunicação social e público aqui presente, boa tarde. A décima sétima edição do Mercado á Moda Antiga está agendada para os dias 17 e 18 de maio de 2014. A iniciativa vai levar o centro histórico de Oliveira de Azeméis de volta ao final do século XIX e início do século XX. Considerado como um dos principais eventos da Área Metropolitana do Porto, este é o primeiro ano em que a sua organização estará apenas a cargo da Câmara Municipal, após Ana Nadais e Nelson Costa, do Grupo Recreativo e Cultural de Cidacos, terem deixado a sua organização por motivos profissionais. Aos dois membros desta associação, a Câmara Municipal deixa um agradecimento especial pelo carinho, entrega e dedicação que prestaram ao Mercado à Moda Antiga nas 17 edições já realizadas. O*

*Mercado à Moda Antiga de Oliveira de Azeméis é um regresso ao passado. Um reviver do mercado que se realizava há 100 anos na então chamada “Praça dos Vales”, onde se comercializavam os produtos da região. É um evento decorado a rigor, que nos leva de volta às vestes, trajes e gestos antigos, aos utensílios, práticas e rotinas de outros tempos. São cerca de 15 ofícios aqueles que estarão representados, entre os quais o tamanqueiro, o barbeiro, o oleiro, a leiteira, a galinheira, o chapeleiro, a “fritadeira” de peixe, o tecelão e a padeira do famoso Pão de Ul, entre outros. Criado em 1997, o Mercado à Moda Antiga envolve a população oliveirense e a partilha de experiências, danças, cantares e convívios com os milhares de visitantes que anualmente visitam o Concelho durante os dois dias de festa. Prova irrefutável deste sucesso é o crescente número de visitantes que se tem verificado, ano após ano. Este evento já se tornou numa marca de excelência de Oliveira de Azeméis, proporcionando um contacto em ambiente de festa e convívio com o que de melhor o concelho tem em termos gastronómicos e cultural. Não menos importante, um outro acontecimento é sem dúvida o Carnaval Infantil. No passado dia 22 de fevereiro, saiu à rua mais uma edição do Carnaval Infantil de Oliveira de Azeméis, numa organização de diversas instituições, com o apoio da Câmara Municipal. Com uma enorme assistência, vinda não só do concelho de Oliveira de Azeméis como também dos concelhos vizinhos, o animado corso inundou com muita cor e alegria, várias ruas da cidade. O desfile saiu da Praça da Cidade, percorrendo um circuito constituído pela Avenida Dr. António José de Almeida, a Praça José da Costa e a Rua António Alegria. Estão de parabéns as instituições participantes pelo grande sucesso alcançado e uma vez mais, pelo Carnaval Infantil de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS. =====*

*===== Boa tarde, Senhor Presidente e restante Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, Membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, comunicação social, Oliveirenses. Hoje trago dois temas a esta Assembleia: Um dirigido a esta casa e o outro à Câmara Municipal. Volto novamente a este tema, da ética dos órgãos autárquicos, para que haja efetivamente o cumprimento das Deliberações e do Regimento em vigor. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões e das reuniões, bem como assegura o cumprimento das leis e da regularidade das sessões e, também compete ao Presidente da Assembleia Municipal, assegurar o regular funcionamento da mesma. Tudo isto consta no Regimento da Assembleia Municipal ainda em vigor. Acontece que, no passado dia 27 de dezembro de 2013, foi aprovado, nesta Assembleia Municipal um voto de repúdio por todas e quaisquer ações atentatórias da dignidade e do bom nome dos Órgãos Autárquicos de Oliveira de Azeméis. Lamentavelmente, pouco tempo depois, foi esta Assembleia, ou melhor os Membros desta Assembleia apelidados de bando ou grupo de inteligentes, ou iluminados. Mas o Senhor Presidente da Assembleia,*

*certamente porque já não lhe interessava, deixou passar em claro um ato atentatório da dignidade e do bom nome desta Assembleia. Cabia o Senhor Presidente tomar à letra o teor da deliberação para que o respeito da Assembleia e seus Membros fosse assegurado. Nada fez e assobiou para o lado. Mais grave, foi o mesmo Senhor Presidente permitir que fosse proferida réplica a posições tomadas pelo Partido Socialista, sem que mais uma vez tomasse a postura adequada de um verdadeiro Presidente da Assembleia Municipal. Recordo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, nos termos do Regimento desta Assembleia, no seu artigo 20, n.º 2, que no Período de Intervenção aberto ao Público, qualquer cidadão pode solicitar esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados sobre o Município. No seu artigo 28.º, n.º 4, do mesmo Regimento, diz o seguinte: “ No uso da palavra não serão permitidas interrupções, devendo o Presidente interromper o orador quando esse se desviar do assunto em discussão, ou o discurso se tornar ofensivo devendo retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.” O que se passou é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal permitiu que esta Assembleia Municipal e os seus membros, em particular os eleitos pelo Partido Socialista, fossem ofendidos e não tomou as atitudes adequadas à de um verdadeiro Presidente. Isto leva a concluir que falta competência para dirigir com dignidade este Órgão, porque aprova deliberações de respeito e a seguir permite desrespeito e ofensa do Órgão sem tomar qualquer atitude. É um Presidente sem perfil. E tanto assim é que decorridos quatro meses ainda não há novo Regimento da Assembleia, nem providenciou por isso. Tendo finalmente trazido a esta Assembleia a nomeação de Comissão para a Revisão do Regimento. Até que enfim. Mais grave do que isso, Senhor Presidente, é estarmos há dez meses sem que venha a esta Assembleia as atas das Assembleias realizadas desde abril de 2013 até á presente data. Dez meses é muito tempo. Esta inércia de Vossa Excelência, só confirma a sua impreparação para este cargo. Pergunto Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para quando temos as atas das Assembleias do ano de 2013 e foram doze, nesta Assembleia, para as aprovar e sindicar o que lá consta? Outra questão, tem a ver com, efetivamente, a política social municipal que já aqui tocada pelo Presidente da Junta de Fajões. As políticas sociais municipais são um conjunto de programas que proporcionam a garantia dos direitos e condições condignas de vida aos cidadãos de forma justa e igualitária. É certo que, o Município, através da Divisão Municipal da Ação Social dinamiza o Programa da Rede Social e tem-se visto muitas iniciativas, mas salvo o devido respeito com pouco proveito. Até que ponto existe uma interligação entre as instituições, nomeadamente, as IPSS's e o Município para a resolução dos problemas que as instituições atravessam? A pergunta coloca-se, logo na premência, atento nas notícias que vêm a público na comunicação social local acerca das dificuldades financeiras destas instituições: Refiro-me, à Obra Social S. Martinho da Gândara que atravessa dificuldades financeiras e a insustentabilidade financeira da mesma; Refiro-me, à já falada Obra Social Dr.ª Leonilda Matos a atravessar graves e problemas financeiros; E refiro-me, por último, à dramática situação financeira da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro em que foram penhoradas as viaturas e para a semana serão penhorados e removidos os restantes bens da Associação. Lembremo-nos*

*que não está aqui em causa só bens materiais, mas dezenas de utentes que vão ser privados destes serviços que são essenciais para a sua sobrevivência. Perante um quadro negro que começa a pairar sobre estas instituições. Pergunto, Senhor Presidente da Câmara, que pensa fazer o Município para ajudar estas instituições a resolver estes problemas de sustentabilidade financeira e continuarem a prestar um serviço social importantíssimo neste concelho? Pergunto Senhor Presidente da Câmara, seria possível evitar o que é que aconteceu na Associação Pró-Outeiro? Será ainda possível evitar que a instituição desapareça ou recupere a sua finalidade/objeto de apoio aos mais necessitados e carenciados deste Município? Que pensa fazer o Município para evitar que aconteçam situações idênticas á da Associação Pró-Outeiro com outras instituições do género do concelho? =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer: =====*

*===== Eu, sinceramente, não consegui perceber e já não é a primeira vez em relação às suas intervenções, mas realmente é uma falta deve ser uma falta não só de perfil como de QI da minha parte, as referências que o Senhor Deputado em relação á minha pessoa quis fazer. Porque, que eu me recorde, aqui dentro, sempre que eu dirijo, que eu me lembre em termos de direção desta Assembleia eu sempre pugnei, pelo respeito, pela verdade, só pela verdade, eu não sou como o Senhor, não tenho duas verdades só tenho uma, só por uma verdade. E nunca que eu me lembre, aqui dentro, em funções da Assembleia ou em representação da Assembleia que se tenha faltado ao respeito e que eu não tivesse tomado posição. E revi-me, completamente, naquilo que aqui esta Assembleia aprovou não só em relação aos Órgãos Municipais, mas também às pessoas que fazem parte desses Órgãos Municipais e quem os dirige. E depois daquilo que se passou, que para mim não me afetam, não têm categoria para me afetar nem para me chatear e o Senhor também não. Mas, eu gostava, se o seu propósito é esse, perca um bocadinho mais de tempo e venha aqui explicar-me como já aqui quando sugeri várias vezes porque não estaria a perceber o que se estava a passar e eu lhe dei essa oportunidade. Venha-me aqui explicar: Quando é que o Partido Socialista aqui foi ofendido, por quem, se foi por algum Deputado desta Assembleia, se foi por alguém do público, por quem? Gostava de saber. Porque, não sei, eu gosto muito de queijo, será do queijo que me está a fazer esquecer isso? Será que os senhores estão a ver fantasmas onde eles não existem? Gostava de ser esclarecido, a bem da verdade. De uma única verdade. Gostava de ser esclarecido com nomes nas coisas. Que é assim falando, olhos nos olhos, com a verdade que eu gosto. =====*

*===== Pelo Senhor Deputado Carlos Afonso (do PS), foi dito: “Senhor Presidente, leia as atas”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====*

===== *Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, caros Oliveirenses, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu, telegraficamente, e porque isso se impõem, de facto, quero aqui reafirmar que eu creio que é um sentimento de todos os presentes, quer daqueles que estão imbuídos de Órgãos Autárquicos, quer aqueles que aqui estão como Oliveirenses interessados que os Órgãos Municipais tenham salvaguardado a sua dignidade o respeito e se façam igualmente respeitar e ser merecedores dessa dignidade. Efetivamente, os níveis de sensibilidade de cada um, para as pertenças ofensas são distintos e temos que o respeitar. Porque, nem todos, perante determinadas atitudes, temos a mesma sensibilidade e a mesma fragilidade. No entanto, aquilo que acho que é objetivo e que aqui se impõem é recordar que esta Assembleia Municipal tomou posse há quatro (4) meses, sensivelmente, e que há quatro (4) meses foi proposta a esta Assembleia Municipal uma Mesa para dirigir os trabalhos encabeçada pelo Dr. Jorge Oliveira e Silva, lista essa que foi, votada, escolhida por uma maioria clara com votos a favor, com abstenções. Mas claríssima. E que portanto seguramente que não é hoje, passados alguns dias, que, honestamente, sem qualquer atitude que retire mérito à dignidade com que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sempre conduziu este Órgão para pensarmos que qualquer coisa tivesse mudado desde então. Agora obviamente e isso reafirmo e junto a minha voz à do Deputado Carlos Afonso, eu acho que é absolutamente inegociável a dignidade de cada um dos elementos que detêm os Órgãos Autárquicos e dos próprios Órgãos Autárquicos. Muito obrigado.* =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Aproveito para saudar o Senhor Presidente, a Mesa, os Senhores Deputados, a comunicação social, o público presente, os funcionários da Câmara Municipal, bem como extensivo a todos os Senhores Vereadores aqui estão presentes nesta Assembleia Municipal. Dizer que já tivemos oportunidade de o fazer também em sede de Executivo Municipal, que aproveitamos um voto de pesar pelo falecimento, eu julgo que posso dizer, do amigo “Leira”, porque é verdade, o Senhor “Leira”, não tinha inimigos só tinha amigos e portanto naturalmente que nos associamos a este voto proposto pela Bancada do PSD também em sede de Assembleia Municipal. Quanto á questão colocada pelo Senhor Deputado José Lourenço. Dar-lhe nota do seguinte: A questão do amianto, que aqui colocou, é uma questão que está na ordem do dia, é mediática, tem entrado nas nossas casas nos últimos dias. Dizer-lhe que, a Escola Bento Carqueja tem uma situação que conhecida pelo Senhor Deputado e infelizmente se mantém e já se mantém há tempo de mais que é a indecisão relativamente a prossecução das obras da Parque Escolar. Como sabe, aquilo que foi definido foi deitar abaixo, destruir tudo aquilo que era Escola Bento Carqueja, com exceção do pavilhão desportivo. E, nós*

*depois, em negociações com a Parque Escolar e com Ministério da Educação sensibilizamos para que não se deitasse abaixo um bloco, o mais recente bloco da escola, para podermos naturalmente reduzir os custos procurando uma boa resposta em termos educativos para a construção do Centro Escolar da Soares de Basto que é um Centro Escolar que está previsto. E portanto nós conseguimos essa anuência por parte da Direção Regional de Educação do Norte, hoje já não é assim que se diz, já é Direção Regional de Educação a nível Nacional, e conseguimos também que o Ministério da Educação aceitasse isso e a Parque Escolar também dissesse que se calhar esta era uma boa solução, esta, que a Câmara tinha apresentado. Ora bem, isto só para lhe dizer o seguinte: Se não tivesse havido atrasos, na questão da Parque Escolar, a sua intervenção hoje já não tinha existido, já não havia problemas de amianto porque a Escola tinha ido abaixo, certo? Portanto a Escola Bento Carqueja recebeu, ou pelo menos teve à sua disposição, uma verba para reduzir esses problemas. Eu não posso estar aqui a falar em nome da Escola. Mas, julgo que, a Escola aquilo que ponderou foi, vamos esperar ou vamos pressionar para que a situação seja resolvida, para não estarmos aqui a fazer as obras e depois elas virem abaixo. Nós fomos resolvendo alguns problemas, ao longo dos últimos anos, que estavam em algumas escolas do Município e temos ainda uma situação que vai ser resolvida em Loureiro na Alumieira. O Senhor Deputado José Lourenço não falou nisso. Se calhar não tinha conhecimento dessa situação, mas é uma situação que existe. O Senhor Presidente da Junta de Loureiro, o Dr.º Rui Luzes Cabral sabe dela e tem procurado também participar na solução e portanto nós vamos procurar encontrar uma saída para esta questão do Jardim de Infância da Alumieira resolvendo o problema do amianto. A questão da Bento Carqueja: Eu vou continuar, e tenho o feito, a insistir junto do Ministério da Educação e da Parque Escolar que tem passado por momentos complicados tendo em conta a situação financeira a que chegou e portanto vamos aguardar. Eu posso-lhe dizer que o último compromisso, que eu tinha, para início das obras. Até porque eu tenho argumentado não só pela ineficiência da própria oferta educativa que a Soares de Basto e Bento Carqueja hoje dão aos alunos, aos professores e aos funcionários. A Câmara Municipal já investiu muitos euros, numa situação precária, melhorando os caminhos entre uma escola e outra para que os alunos não estejam nas aulas com os pés encharcados e os professores também e os funcionários. E nas traseiras da Bento Carqueja, também somos nós que o estamos a fazer, porque é uma questão que punha em causa a segurança. E eu lembro-me, até no público, não sei se na Assembleia Municipal ou na Câmara Municipal, o pai de um aluno por acaso professor também naquela Escola que foi apresentar essa situação que é uma situação complicada. Por um lado pelo controlo, quer da saída dos alunos, quer pela entrada de estranhos à escola. E portanto a Câmara Municipal, decidiu ela fazer a obra, está ela no terreno a executar essa mesma obra. E portanto nós vamos seguramente encontrar soluções para minimizar os impactos que o Senhor Deputado José Lourenço aqui colocou. Mas, deixe-me dizer-lhe, com toda a frontalidade, não o conseguimos fazer até ao final do ano letivo. É uma situação que vamos ter de ponderar se a obra avança ou não avança. Repare, o Senhor passa lá e vê, ainda lá está a grua, aquela grua enorme, ainda lá está. É um sinal que é aquilo para*

*continuar. E aquilo tem que continuar, não pode ficar assim, não é? E portanto tem que se arranjar solução financeira e não é a Câmara Municipal que a tem. Naturalmente que é uma responsabilidade da Parque Escolar. Repare, qualquer intervenção que nós tenhamos de fazer na escola neste momento, nós - Câmara Municipal, temos de pedir autorização á Parque Escolar e a Parque Escolar pode dar ou pode não dar. E às vezes até se atrasa a dar e nós dizemos: Como não responderam nós vamos fazer. E portanto, cá estaremos todos com a escola com a associação de pais para tentar encontrar a melhor solução e para evitar estes problemas e constrangimentos que o Senhor Deputado José Lourenço aqui falou. Quanto á intervenção do Senhor Presidente da Junta de Cesar, o Senhor Augusto Silva. Eu também me queria associar e, infelizmente, por motivos que se prenderam com o voto de pesar que aqui aprovamos, eu não pude estra na abertura das Jornadas Técnicas que a ADRITEM levou a cabo em Cesar. Mas foram, sei porque acompanhei e já fui informado e a Câmara Municipal também esteve presente, mas foram excelentes umas Jornadas para preparar naturalmente o trabalho para o futuro. E é bom que as Associações e as Juntas de Freguesia se empenhem também nesta fase, que é de preparação, para poderem aproveitar todas as oportunidades que os fundos comunitários nos vão trazer. Porque, poderá ser, em Portugal poderá ser a última oportunidade. E portanto Cesar, uma vez mais, esteve à altura na organização dessas jornadas e eu só tenho que saudar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia - o Senhor Augusto Silva e a ADRITEM pela iniciativa. A questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões aqui trouxe, é uma questão muito sensível, prende-se com a questão do nosso trabalho social da Rede Social. E também eu entroncava isso na questão que o Senhor Deputava Carlos Afonso também colocou relativamente à questão social. Nós temos no Município de Oliveira de Azeméis, isso aliás é amplamente reconhecido por todos e eu espero que continue a ser que é um bom sinal que seja: Nós temos uma resposta social de excelência; Nós temos excelentes instituições, excelentes IPSS's; Temos uma Rede Social: Atenta; Ativa; Interventiva; Que reúne com periodicidade; Que não adia reuniões; Faz um acompanhamento permanente das situações sociais; Faz o levantamento, o diagnóstico e encontra as soluções e as respostas. O Município de Oliveira de Azeméis tem procurado sempre corresponder a essas expectativas estando no terreno, apoiando com as políticas sociais que define e que adota e também participando financeiramente. Eu, já percebi, vou fazê-lo, na próxima Assembleia Municipal irei distribui-lo ao Senhor Deputado Carlos Afonso, para não o maçar muito vou-lhe dar só os dados dos últimos quatro anos o que é que foi o investimento que o Município alocou à questão social. Não estamos a falar só no apoio à construção das infraestruturas: Estamos a falar da implementação das políticas sociais. E o Senhor Presidente da Junta de Fajões falou numa situação que tem a ver com o Centro Social Dr.<sup>a</sup> Leonilda Aurora da Silva Matos. Que é uma IPSS que tem uma responsabilidade enorme nas respostas sociais pelo território que abrange e pelos idosos e não só pelas respostas sociais que tem que dar a todas as idades. E portanto, dizer-lhe o seguinte: Que a Câmara Municipal tem naturalmente apoiado. Posso-lhe dar um exemplo do último apoio que demos ao Centro Social Dr.<sup>a</sup> Leonilda Aurora da Silva Matos, que foi a construção da estrada para a*

*infraestrutura do Pisão, ou seja, a Câmara Municipal fez a estrada, ou seja, um investimento superior a cem mil euros (100.000,00€). Porque o Lar foi construído, está feito, mas depois a estrada estava em tout-venant. Até me admira ninguém ter falado nas estradas. Mas aquela estrada em tout-venant estava melhor do que muitas estradas que estão hoje nos nossos 700 km de estradas do nosso Município. Mas a instituição, insistia que era importante fazer a estrada e até dizia que havia algumas coisas que não fazia por causa da estrada. A estrada foi feita, está feita, está pronta. E portanto foi isso que foi dito á Direção do Centro Social de Aveiro, ao Senhor Dr.º Santos Sousa que ainda era ele o responsável pela Segurança Social de Aveiro, agora já não é ele, agora é o Senhor Dr.º Rui Cruz que é o novo Diretor do Centro Social da Segurança Social de Aveiro. Isto é o exemplo que me perguntou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, o Senhor Jorge Paiva. Exemplo do nosso último investimento: - Apoio direto à própria instituição. Naturalmente que há as participações que são devidamente contratualizadas que vêm à Assembleia Municipal e que nós procuramos naturalmente ter em dia para as instituições. Sei, porque já tive conhecimento através da Segurança Social de Aveiro. Senhor Deputado Carlos Afonso, o Senhor fez um conjunto de perguntas e eu vou tentar responder a tudo. Mas é bom que o Senhor tenha a noção, não é só de agora mas dos outros anos também, que: A responsabilidade da gestão das questões dos equipamentos sociais é da Segurança Social; O Município não se vai substituir ao Ministério, ao Secretário de Estado, à Direção Distrital da Segurança Social; O Município colabora. Eu queria que isto ficasse claro. E isto é válido para outras instituições. Porque se calhar o paradigma está a ser alterado. E deixe-me, já agora, fazer esta reflexão Senhor Presidente e peço-lhe imensa desculpa se roubo mais algum tempo mas acho que era importante fazermos esta reflexão, até por um conjunto de coisas que foram ditas relativamente a essa matéria. Nós respeitamos muito a autonomia do movimento associativo. E não deixa de ser curioso, se andarmos a fazer uma pesquisas às atas dos últimos anos, se calhar, a Bancada do Partido Socialista acusava o PSD de se meter em tudo, de estar em tudo e controlar tudo, de ter gente nas direções disto, daquilo, daquilo, daquilo. Ouça, neste momento, o PSD e a Câmara Municipal não tem nada dessas instruções. E as associações respiram, fazem as eleições, escolhem as melhores pessoas para gerir as instituições. A gente não se mete em nada disso, acho que é um excelente princípio, e a Câmara Municipal muito menos. Deixe-me só dizer isto, eu acho que nunca tive oportunidade de o dizer, que foi dito uma coisa que era uma mentira pegada. Nas últimas eleições para a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis houve duas listas e, na última semana, com aquele frisson eleitoral, ganha, perder, perde, ganha, a dizerem que a Câmara Municipal estava a patrocinar uma lista. Completamente falso. Mas completamente falso. Nem eu, nem os Senhores Vereadores, nem ninguém da Câmara Municipal interferiu nesse processo. Os senhores que têm direito voto, eu nem tenho direito a voto, os senhores que têm direito a voto, é que escolheram a direção que tinham que escolher. Isto para lhe dar nota que nós trabalhamos com todas as IPSS, todas elas e procuramos colaborar e corresponder aquilo que são as nossas expectativas, Senhor Jorge Paiva. E portanto, nós já fomos informados por parte da Segurança Social, que há*

problemas na instituição. A nossa preocupação primeira é com os utentes, com quem a instituição presta serviço. E naturalmente que na que o Senhor falou, pode haver situações e casos de polícia, etc.. Isso, não compete a nós. Isso há os meios de investigação. A própria Segurança Social tem serviços de inspeção e são muito rigorosos. E portanto eu acredito que, se alguma coisa não estiver bem nós teremos conhecimento. Agora, aquilo que a Segurança Social me disse foi - Mostrou preocupação. Já o Senhor Dr.º Santos Sousa, e já o Dr.º Rui Cruz que está lá há muito pouco tempo, nos disse que estava muito preocupado com a instituição. A Senhora Vereadora Gracinda Leal, justiça lhe seja feita, acompanha estas coisas diariamente, os problemas e as coisas boas e portanto, é alguém que está permanentemente no terreno para poder responder a essas coisas. Eu vou já aproveitar, até porque a intervenção do Senhor Deputado Carlos Afonso vai-me obrigar a dois momentos. Um: A questão Social. O Senhor Deputado Carlos Afonso falou na Obra Social de S. Martinho da Gândara. A Obra Social de S. Martinho da Gândara tem hoje nesta mesma Assembleia Municipal um protocolo de colaboração da Câmara Municipal. Está a ver. O que é faz a Câmara? Está aqui o exemplo: Para a Obra Social participação de vinte e cinco mil euros (25.000,00€) para a obra que a ADRITEM também apoiou e que o Senhor Secretário de Estado teve o prazer e o privilégio de inaugurar, bem como uma carrinha excelente que a Obra Social comprou. Mas mais, posso-lhe dizer também que, o seu presidente, Dr. Arlindo Gomes, em plena sessão que assinalava aquela inauguração, questionava o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social relativamente às questões do atraso CLDS+, nomeadamente o adiantamento. Posso-lhe dizer que esses valores reclamados, justamente, pelo Dr.º Arlindo Gomes, já chegaram à instituição. E portanto essa situação está ultrapassada, não só na Obra Social de S. Martinho da Gândara mas em todas aquelas que tinham assinado naquela altura os contratos CLDS+. Quanto à questão que colocou dos Melhoramentos Pró-Outeiro. Deixe-me dizer-lhe que já aquando da inauguração do Centro Social de Pindelo, pelo então Secretário de Estado - Marco António Costa, a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, aí o Senhor Secretário de Estado anunciou uma verba significativa para a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro procurar minorar as dificuldades que tinha. A Câmara Municipal tem vindo também a cumprir com aqueles que são os compromissos financeiros com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro e tem naturalmente reunido com a instituição, umas vezes eu, e mais vezes a Senhora Vereadora Gracinda Leal. Só dar-lhe nota, ainda recentemente, voltando ao Lar Dr.ª Leonilda Aurora Silva Matos, houve uma reunião em Aveiro que a Câmara Municipal acompanhou a instituição com a direção do Centro Social. E na Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro na segunda-feira fomos alertados, logo de manhã muito cedo, por uma situação muito complicada que era uma execução. Portanto estava o Solicitador de execução, a fazer a penhora, a levantar as carrinhas e a levantar as cozinhas e a levantar os fogões, os tachos, as panelas, não deixou ninguém mexer nos carros, não deixava ninguém entrar na cozinha. E perto das nove horas a Senhora Vereadora veio ao meu gabinete dar nota disso. Eu também já tinha sido informado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias que ia a caminho de Alcanena, se

*não me engano, se a memória não me traiçoa, e que não podia vir para trás por uma questão profissional (o presidente da junta não é profissional), e disse: - Senhor Presidente veja lá o que pode fazer. E nós deslocamo-nos imediatamente para a instituição. E realmente, a situação estava muito complicada. Estava lá o, e esta aqui também connosco, Senhor Albertino Bastos que é o presidente da instituição e o senhor empreiteiro ou responsável pela execução e por aquela situação que se estava a passar e estava o Senhor Solicitador de execução e um conjunto de pessoas a selar os carros, a carregar os carros, a metê-los em cima de um pronto-socorro e leva-los não sei para onde. Mas impedindo que as pessoas fizessem o seu trabalho normal e prestassem a assistência às pessoas que têm esse protocolo de funcionamento com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro: Estamos a falar de assistência ao domicílio; Estamos a falar de higiene, de pessoas que estão acamadas; E estamos a falar de alimentação. Uma situação muito complicada. E nós, entre Oliveira de Azeméis e o Outeiro, telefonamos e pressionamos a Segurança Social, de Aveiro, para a situação, que era uma situação muito grave, para além de resolver o problema da instituição era preciso imediatamente dar uma resposta ao problema dos idosos que estavam em casa à espera que as funcionárias da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro lá fossem fazer a higiene e levar a refeição. E portanto, a situação não era nada famosa. A Segurança Social foi alertada e nós pedimos imediatamente uma resposta social para a questão. Eles ficaram um bocadinho apreensivos com a situação, naturalmente, mas deslocaram-se ao local e perto das onze horas chegaram dois técnicos da segurança social que reuniram imediatamente com os técnicos da instituição, com a Senhora Vereadora, para procurar encontrar uma resposta social. Nesses entretantos, enquanto as carrinhas e os carros da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro iam sendo transportados fruto dessa penhora, dessa execução, nós conseguimos convencer o senhor a não levar as cozinhas, os fogões, as panelas, os tachos e pedimos, é verdade, que deixasse cozinhar, deixasse fazer a comida para as pessoas que podiam ter problemas e que não tinham outra forma de comer se as senhoras da Associação Melhoramentos Pró-Outeiro não fossem lá levar a comida e as pessoas precisavam de se mobilizar para poderem prestar o serviço de higiene. A solução precária, provisória, mas que resolveu o problema de imediato foi: A Câmara Municipal disponibilizou viaturas, nalgumas até viaturas com motorista, para fazer esse trabalho, para levar os funcionários da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro a fazer esse serviço; O Núcleo da Cruz Vermelha de Cucujães também emprestou imediatamente uma viatura. As viaturas saíram. A comida fez-se. A comida chegou a casa das pessoas, com um ligeiro atraso, naturalmente. A situação do apoio ao domicílio ficou remediada. Entretanto, há contactos com a Segurança Social de Aveiro, com o Secretário de Estado da Segurança Social e com o Ministro da Segurança Social. Na terça-feira seguinte, a Segurança Social reuniu, na Câmara Municipal, com todas as IPSS que fazem este serviço para perceber não só o que tinha lá na escrita, ou seja, o que está escrito, mas olhos nos olhos perceber qual era a situação, onde também estive a diretora técnica da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. E, eu mesmo, na segunda-feira, estive em Lisboa com o Senhor Secretário de Estado e com o Senhor Ministro. Voltei a falar com eles na terça-feira, e aquilo*

que ficou decidido e que a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro fez de forma imediata foi solicitar á Segurança Social o reequilíbrio financeiro. Ou seja, um pedido, que há um impresso próprio, não pode ser uma carta, uma exposição, um impresso próprio que tem de ser preenchido a solicitar esse reequilíbrio financeiro. E é, esse neste momento, do que estamos á espera. A garantia que temos é que a Segurança Social irá dar uma resposta pronta e imediata á situação. É uma coisa que vai ser acompanhada em mão, não pode ser mandado impresso, ofício, e deixar que ele chegue lá. Vamos ter que tirar muitas fotocópias e vamos ter que o entregar em diversos sítios para operacionalizar a situação para ver se, a Associação Melhoramentos Pró-Outeiro, volta ao ponto zero. Porque, é uma instituição na qual nós confiamos, presta um excelente serviço, tem uma situação muito delicada, não de hoje é de há muitos anos que esta situação se prende com a construção de uma oferta e de outras valências ao lado dos pré-fabricados ou atrás dos pré-fabricados levou a uma situação complicada mas eu acredito que se vai chegar a bom porto e se vão encontrar soluções. E a instituição a partir do momento, esta é a minha opinião pessoal, eu não sou sócio da instituição, mas a partir do momento que a instituição possa por o contador a zero, eu acredito que ela tem viabilidade tem futuro e pode continuar a prestar um serviço excecional, um serviço de grande qualidade como presta aos idosos espalhados pelas diversas freguesias. É que a Associação chama-se - Pró-Outeiro: Mas, eu tive oportunidade, uma coisa é depois nós termos que estar ali a ver aquelas coisas todas, tem idosos espalhados por todo o concelho, presta assistência em todo o lado, vai onde é preciso, faz um serviço imprescindível e insubstituível e nós temos também aqui que ser capazes de continuar a criar condições para que isso aconteça. Não depende só de nós naturalmente. Mas eu sei também que, a Associação está motivada, os funcionários têm sido incedíveis. Deixem-me dizer-vos que há coisas que só estando no terreno é que nós sentimos, e eu vou partilhar isto convosco: Não conheço as pessoas e não sei o nome das pessoas. Mas eu vi funcionárias, com o carro se calhar com mais de vinte anos, a pegar na mala da higiene pessoal dos idosos a quem tinham que prestar a assistência a meterem-se no seu carro, o carro seguramente tinha mais de vinte anos, meter a marcha atrás, e a dizer: - Eu vou com o meu carro prestar a assistência. E foi. E depois veio. Depois de fazer higiene aos velhinhos, a quem está encamada e veio. Ouça, são exemplos notáveis de pessoas com uma entrega extraordinária. Eu não queria deixar-vos de dizer isto e esperar sinceramente que tudo se resolva a bem do ponto de vista da nossa oferta e da nossa resposta social. Ainda na resposta social, o Senhor Dr. Carlos Costa Gomes falou na execução do Programa Metropolitano da Ação Social. Deixe-me dizer-lhe que esse foi um programa extraordinário, que tinha uma dotação de dois milhões de euros (2.000.000,00€), para os 16 Municípios da Área Metropolitana. Entretanto, passaram de 16 para 17. O Programa teve uma taxa de execução extraordinária, em Oliveira de Azeméis foi de 100%. Amanhã mesmo é aprovado o relatório final, porque havia despesas que se podiam apresentar até ao final do mês de janeiro para serem depois validadas durante o mês de fevereiro. Mas dizer que, também, Oliveira de Azeméis teve uma execução de 100%. A Junta Metropolitana do Porto decidiu, na reunião de Espinho, na última reunião que fez, em aumentar

*em duzentos e cinquenta mil, dotar este programa de duzentos e cinquenta mil não a dividir por 16 mas por 17, porque agora Paredes já faz parte da Junta Metropolitana, na altura quando foi criado este programa de dois milhões de euros foi a dividir por 16 e portanto, vamos ter agora durante, vai ser poucos meses naturalmente não se pode comparar dois milhões com duzentos e cinquenta mil mas, foi a resposta que os Municípios encontraram para continuar este programa de emergência social a poder fazer as mesmas coisas. Só dar uma nota, Senhor Deputado Costa Gomes, que é assim: Este Programa era um Programa extraordinário e era para apoiar, coisas que não eram apoiadas por outros programas, situações de emergência, coisas que acontecem e a resposta social ou demorava imenso tempo ou não existia e portanto eram apoios pontuais, não são apoios contínuos, até, porque o Programa tinha um início de vigência e um fim. E portanto era só para lhe dar esse esclarecimento. Dizer-lhe também que, na “Casa da Mónica, o Município também colaborou naturalmente com uma iniciativa fantástica do Rotary Club de Azeméis, que eu aproveito para saudar, que foi excelente esta iniciativa solidária, a Câmara Municipal colaborou e muito com o Rotary Club e o Rotary Club sabe bem e a nossa comunidade, também, do esforço que fizemos do investimento, daquilo que ajudamos também do ponto de vista burocrático e também do ponto de vista material. E também dizer-lhe que, é com satisfação que vimos o Programa Viver Melhor já vai com 10 anos, porque é um programa excelente de promoção da atividade física das pessoas que estão na melhor idade, da população sénior. E dizer-vos que é absolutamente extraordinário, num município com a nossa dimensão, ter mais de 1000 pessoas Séniores a praticar atividade física. Isto começou, por acaso, no Centro Social Dr.ª Leonilda Aurora da Silva Matos, em Fajões, há 10 anos e hoje é um programa fantástico espalhado pelas nossas freguesias e teve aqui uma concentração agora, no Pavilhão Municipal Professor António Costeira, ainda recentemente. É só olhar para aquela gente: Podemos estar todos deprimidos; Andarmos todos zangados uns com os outros; A gente vai ali 5 minutos e vê aquela gente com 80 anos, com 70 anos, a praticar atividade física, querem é dançar, querem é música, querem é se divertir, e saímos de lá com uma alma nova. Às vezes anda gente tão deprimida que se calhar fazia bem lá passar um bocadinho para, pelo menos, passarem a ter uma atitude mais positiva perante a vida que era tão importante. Senhor Deputado Bruno Aragão dizer-lhe o seguinte, sobre a Praça da Cidade: Porque é que agora não foram tão exigentes, deixaram de ser? Senhor Deputado Bruno Aragão, princípio da confiança. E sabe que agora, nós já sabemos que nestas funções podemos ser nós como podem ser outros, quem tem que decidir é sempre preso por ter cão e preso por não ter. Se decide. É porque decidiu depressa e é incompetente. Se não decide. É porque não tem capacidade de decisão e também é incompetente. Ou seja, quando a gente sabe que o objetivo é dizer: - Os Senhores são uns incompetentes. Portanto, isto é: ou por decidir ou por deixar de decidir. Senhor Deputado Bruno Aragão o Senhor até é um jovem político talentoso, não leva a mal isso porque eu às vezes elogio as pessoas e depois as pessoas ficam incomodadas, mas sabe que eu lhe reconheço talento e acho que é um jovem talentoso para a política. E deve também se ter lembrado. Eu também queria ver, se o Senhor também dizia isso, se o Senhor também fazia esse comentário.*

*Eu não sei se o Senhor se lembra de ver o Engº Sócrates, Primeiro-ministro, numa giratória a lançar a primeira “pedra” numa fábrica de baterias? Já viu onde é que estão as baterias? E onde é que está a fábrica? Será que, o Senhor também diz ao Engº Sócrates – oh amigo o Senhor é um incompetente. - Foi lá, lançar a primeira “pedra”, criar a fábrica de baterias e não temos fábrica de baterias. Isso, só para lhe dizer o seguinte: Sabe, Senhor Deputado Bruno Aragão, foram várias as empresas que visitaram a Praça da Cidade e naturalmente que, foi feito: Não. Deixe-me retificá-lo, porque há uma diferença e o Senhor até procura ser sempre rigoroso com os PowerPoint. E ao Senhor Deputado Bruno Aragão alguém tem que lhe explicar entre concurso público e hasta pública. E o que foi feito foi uma hasta pública. Foi publicado no Semanário Expresso, que é o Semanário de maior dimensão e de circulação em Portugal, o concurso, a hasta pública. E essa hasta pública teve dois candidatos. E a Câmara Municipal decidiu entregar a um. Esse, um, depois não quis assinar o contrato. E portanto a Câmara Municipal, procurou, naturalmente no mercado, tendo em conta a conjuntura que temos procurou encontrar uma solução e encontrou uma solução. E aquilo que eu gostava de ver o Senhor Deputado, era dizer assim: - Oh, Senhor Presidente, ou então senhora Câmara, isso do presidente, eu sei que é mais complicado, - Oh senhora Câmara, os Senhores encontraram uma solução; - Eu quero é que ela corra bem; - Eu faço votos é para que aquele espaço seja dinâmico. Sabe porquê? O que o Senhor aqui disse, o Senhor pode ser confrontado, eu espero que seja, com um espaço dinâmico, com um espaço que o Senhor vá lá, com um espaço que tenha movimento, com um espaço que seja atrativo e que valorize Oliveira de Azeméis. Agora o Senhor repare: O Senhor está à partida, a dizer que isto está tudo mal feito. E que isto não vai correr bem. O promotor é um comerciante de Oliveira de Azeméis. Então, os senhores às vezes têm um discurso, que não se aposta nos Oliveirenses, que se vai buscar coisa de fora. Agora, quando vamos buscar ou quando encontramos alguém de Oliveira de Azeméis. Ai, se calhar não tem experiência, se calhar vai correr mal. O meu deus, se a gente já está com esse pensamento pessimista? Parece o princípio de Peter. Oh meu caro, eu acredito que vai correr bem. Tenho confiança que vai correr bem. Sabe porquê? É alguém que já tem experiência, no conceito que nos apresentou para Oliveira de Azeméis. E portanto, baseado no princípio da confiança. Eu por acaso vi, o jornal “Correio de Azeméis” esta semana faz um grande trabalho relativamente a essa matéria e depois vi na parte final que não conseguiram ouvir a pessoa a quem foi adjudicado. Se calhar era bom ouvir, para que ele possa dizer o que é que ele ali vai fazer. E se calhar o Senhor Deputado Bruno Aragão já fica mais tranquilo. Eu espero é que aquilo corra bem. Aquilo que eu quero e eu sei que é aquilo que o Senhor também quer e não tenho dúvidas nenhuma que o Senhor quer que aquilo seja um espaço de referência e esperamos que o venha ser. Á Senhora Deputada Ana Neves dizer-lhe que, e acompanha-la também, já o fizemos em sede de Executivo, volto a referir, uma palavra de agradecimento e reconhecimento quer à Dr.ª Ana Nadais quer ao Dr. Nelson Costa, que durante 17 anos, naturalmente ao GRACC também, durante 17 nos lançaram a ideia, organizaram em colaboração coma Câmara Municipal e com todas as instituições do Município de Oliveira de Azeméis um evento cultural de grande*

*dimensão. Se calhar? Não é se calhar, é mesmo o maior evento cultural do nosso Município. Posso dizer que, durante a próxima semana, vamos reunir com eles, na Câmara Municipal, já conseguimos fechar a data para reunirmos com eles. E vamos estar a trabalhar, já temos uma equipa interna criada. Pedimos um esforço adicional a todos os Vereadores, aqueles que estão em permanência, para acompanharem de outra forma o “Mercado À Moda Antiga”. E vamos procurar naturalmente fazer continuar a que este evento seja uma referência incontornável da nossa região e também de Oliveira de Azeméis procurando mobilizar todos neste esforço coletivo. Mas eu não podia deixar de dar nota, quer da reunião que vamos ter com as duas pessoas (Ana Nadais e Nelson Costa), quer também do agradecimento, que faço publicamente, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos. Quanto ao Carnaval Infantil. O Carnaval Infantil tem, e nós sentimos orgulho, crescido ano após ano. E aquilo que era uma coisa que se fazia sem grande logística, começa a ter que haver preocupações logísticas tendo em conta a dimensão do Corso Infantil. E foi, felizmente, um excelente desfile. E eu não queria deixar também de agradecer e enaltecer o trabalho que foi feito por toda a comunidade educativa e não só, também do ponto de vista social, porque eu também vi as criancinhas mas também havia os Sêniores que estão sempre prontos para tudo e portanto eles também andavam lá a transmitir e a transbordar alegria para toda a comunidade. Eu há bocadinho estava falar com o Senhor Griço relativamente ao nosso desfile de Carnaval, que já estava também com uma dimensão assinalável, que era uma organização da FAMOA, uma excelente organização, e que por as razões que são conhecidas essa organização foi interrompida. A Troika sai de Portugal em pleno “Mercado á Moda Antiga”, estou agora a ver 17 e 18, portanto, a Troika sai a de 17 ou 18, não é? Nós, a 16, temos o aniversário da Cidade. Eu não sei se, com a saída da Troika, a gente já pode pensar em fazer outra vez o Carnaval. Eu sei que é uma grande ambição não só da FAMOA, mas também das associações e da própria Câmara Municipal. Mas como vocês sabem deixou de haver tolerância de ponto à terça-feira e o desfile em Oliveira de Azeméis realizava-se à terça-feira. E portanto é uma reflexão que vamos ter de fazer em conjunto, com a FAMOA, com as associações para naturalmente procurarmos encontrar a melhor forma de voltar a ter Carnaval. O Carnaval não se perdeu. O Carnaval não se perdeu mas não deixa de ser interessante que há também essa vontade do movimento associativo. A última questão que eu queria aqui de colocar, para terminar, e peço desculpa, já me alonguei, mas as questões foram tantas e tão relevantes, prende-se com a intervenção do Senhor Dr.º Carlos Afonso. A parte social. Já lhe respondi. Mas, eu vou ter que lhe responder, Senhor Deputado Carlos Afonso, não leve a mal, até porque, o Senhor Deputado tem cultura política, tem formação jurídica. E portanto seguramente que não interprete mal as nossas palavras, ou as minhas palavras, que é o seguinte: Tendo em conta as questões da ética política, um dos princípios fundamentais da ética política é saber aceitar e respeitar as decisões do povo, em democracia naturalmente. Ou seja, o povo escolhe: Vota mais nuns e vota menos nuns. E portanto, normalmente, quando a democracia funciona, os mais votados têm condições para executar / exercer a liderança e o poder, certo? Acho que isto, ninguém discute? Isto é um dos princípios basilares da ética*

política, saber respeitar os adversários. É dizer: o Jorge Paiva ganhou em Fajões - é o Presidente da Junta de Fajões. Quer a gente goste, quer a gente não goste. Quer haja gente que fica chateada, quer não haja. É a vida. Dr. Carlos Afonso, eu já tive a oportunidade, eu não lhe respondi porque evito responder e sofro para dentro. Mas eu li uma vez um escrito seu no “Correio de Azeméis” que eu tive de o ler para ai umas 10 vezes. Porque eu lia aquilo e parecia que, o Senhor Deputado Carlos Afonso tinha sido o mais votado para a Assembleia Municipal, o Senhor tinha tido mais votos do que o Dr. Jorge. E o Senhor não teve. Não, não. Leia lá outra vez o artigo e vai ver se o Senhor não diz. Sabe o que é que acho? Isso vai ser um problema que o Senhor vai ter que resolver e vai ser o Senhor sozinho. Isso aí não há apoio, é o Senhor sozinho que vai ter que o resolver. O Senhor Dr. Carlos Afonso andou durante oito dias convencido que ia ser Presidente da Assembleia Municipal (ponto final, paragrafo). E não era o mais votado, certo? E esse é um problema que o Senhor ainda não conseguiu resolver. Mas, oh meu caro, já passou muito tempo. O Dr. Jorge Oliveira e Silva foi o mais votado e foi eleito Presidente da Assembleia Municipal. E digo-lhe uma coisa, eu e a minha Bancada tem muito orgulho no Senhor Presidente da Assembleia Municipal e tem toda a confiança. E o Senhor se começa a falar de ética, tem naturalmente que perceber que esta parte é basilar. O Dr. Jorge foi mais votado que o Senhor. Mas foi mais votado, porquê? Porque os Oliveirenses, votaram mais nele do que em si, votaram mais no PSD do que no PS. E portanto ele é, legitimamente e bem, o Presidente desta Assembleia Municipal com toda a nossa confiança, com todo o nosso apoio e com orgulho. E portanto é isso que acontece. Esse é um problema como lhe digo Dr. Carlos Afonso e o Senhor Deputado entende isto bem porque tem formação jurídica profunda e tem cultura política. E portanto esta é uma questão que não tem discussão. O Senhor Dr. Jorge Oliveira e Silva foi eleito, democraticamente eleito e tem todas as condições e toda a confiança para exercer o seu mandato. E não deixa de ser curioso outra coisa Senhor Deputado, voltando à ética. Está a ouvir Senhor Deputado? O que é que esta aí a mexer.... Mas, está a gravar. Sabe que agora está gravado, portanto não há problemas. Eu sei. Mas, toda a gente pode receber mensagens, isso não há problema nenhum. Só para lhe dar nota do seguinte. =====

===== O Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge, do PS, interrompeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal e disse: “Senhor Presidente, se continuar a dirigir-se assim à Bancada do Partido Socialista, a Bancada do Partido socialista retira-se dos trabalhos. Respeite a Bancada do Partido Socialista, se faz favor. O Senhor não se dirija aos Deputados do Partido Socialista nesses termos. Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não o impede, eu impeço.” =====

===== Interpolando, o Senhor Presidente da Câmara, disse: “O Senhor impede? Mas onde é que eu me dirigi, o que é que eu disse aos Deputados?” =====

===== *O Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge, do PS, continuou a intervenção: “Se manter esse registo, a bancada levanta-se toda.”* =====

===== *Interpolando, o Senhor Presidente da Câmara, questionou: “Mas que registo?”* =

===== *O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer: “Joaquim Jorge acalme-se, acalme-se, por amor deus, acalme-se. Eu tenho por si a maior das estimas.”* =====

===== *O Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge, do PS, continuou a intervenção: “Tire esse registo, porque esse registo não interessa para os trabalhos da Assembleia. O que interessa para os trabalhos da Assembleia, é que o Senhor, defendeu-se, defendeu-se daquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Carlos Afonso e o Senhor Presidente da Câmara não tem que fazer este tipo de considerações em relação a uma intervenção do Senhor Deputado Carlos Afonso.”* ===

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi dito: “Deveria ter impedido? Olhe, por acaso até nem estava na sala. Mas, mesmo que estivesse, mesmo que estivesse, em tudo aquilo que possa ser dito pelo Presidente da Câmara ou por algum nosso Deputado em relação ao Deputado Carlos Afonso, é tudo muito pouco. É a minha opinião, já que a quer saber, é tudo muito pouco. É uma pessoa que não merece respeito, da minha parte, político como é evidente.”*

===== *Seguidamente, os Vereadores do Partido Socialista abandonaram a sala, sendo seguidos pelos elementos da Bancada do PS, com a exceção dos Presidentes de Junta das Freguesias: S. Martinho da Gândara (António Marques Silva); Loureiro (Rui Luzes Cabral); S. Roque (Amaro Simões); Vila de Cucujães (Simão Godinho) e das Uniões de Freguesia: Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca (Armando Nunes) e Nogueira do Cravo/Pindelo (Agostinho Tavares).*=====

===== *Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção.* ===

===== *Senhor Presidente só para terminar dar nota do seguinte. Relativamente às intervenções do público. Eu registei aquilo que foi dito relativamente às intervenções do público mas, também aceito aqui, porque já aconteceu diversas vezes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores lhes terem dito tudo e mais alguma coisa e nunca ninguém aqui colocou questão nenhuma, nunca na vida. E já aqui vieram algumas pessoas, dizer mal do Presidente da Câmara, já aqui vieram pessoas dizer bem do Presidente da Câmara e nunca o Presidente da Câmara fez qualquer referência ou qualquer consideração. E portanto isso foi o que aconteceu. E eu espero que esse registo se mantenha e que o público venha e participe nas Assembleias Municipais. Muito obrigado, Senhor Presidente.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD.*=====

===== *Antes de mais, lamentavelmente, tenho que registar, enquanto Membro da Assembleia Municipal, com surpresa e com tristeza esta atitude tomada pelos Membros não tanto obviamente pelos Senhores Vereadores, obviamente creio que lhes fica mal, mas sobretudo porque fica aqui a ideia que os Membros da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal não têm vontade própria porque foram ordenados a sair. Na verdade, aquilo que eu pretendia dizer enquanto Membro desta Assembleia Municipal e isto é relevante daquilo que eu tenho de relevante para dizer neste momento. Eu creio que, quem é poder e quem é oposição, tem igual legitimidade para discordar e tem igual legitimidade para denunciar a outra parte. E é profundamente surpreendente que, seja entendido de forma tão ofensiva palavras normais do Presidente da Câmara Municipal, palavras perfeitamente normais, que não são mais do que o seu sentimento e a sua opinião, quando o inverso acontece de forma tantas vezes ofensiva, personalizada e fica aqui a ideia de, quem é escolhido pelo povo assume o papel de alvo e quem é oposição tem legitimidade para dizer tudo sem qualquer consequência. Eu creio que, essa situação, obviamente, gostava eu que não ficasse registada na história da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Senhor Presidente, eu não vou tecer nenhum comentário, nem vou, naturalmente não é minha intenção, até porque, reconheço, não gosto de falar de mim mas reconheço, que tenho cultura política. E basta perceber a “porrada” que levo de todo o lado e mais algum e aguento-me, não é? Às vezes, sabe Deus. Mas é verdade. Agora, deixem-me só dar-vos esta nota porque esta é uma situação complicada, mas a vida continua e vamos continuar a trabalhar. E eu gostava de enaltecer a postura dos Senhores Presidentes de Junta, aqui presentes, a aguentarem na última fila, a participarem nesta Assembleia Municipal. Acho que é muito importante e é um sinal, que eu reconheço e acho que todos nós reconhecemos este sinal. Eu vou só, porque às vezes as pessoas e só digo porque, por o que aconteceu. Não era comigo, mas acho que ninguém nesta sala, ninguém, de nenhuma cor política gostava que um Deputado se dirigisse ao Presidente da Assembleia Municipal na bancada institucional dizendo-lhe, e passo a citar: - “O Senhor Presidente é impreparado. O Senhor Presidente não tem perfil para o exercício da desta função” e continuou, “o Senhor é um Presidente sem perfil. O Senhor é a inércia. O Senhor é impreparado”. Oh meus caros, eu acho que não há necessidade destas coisas, com toda a sinceridade. Nós podemos discordar tudo. É como agora, chegar aqui a qualquer um dos Senhores Presidentes de Junta na Assembleia de Freguesia e acontecer isto: - O Senhor Presidente é um impreparado, é um não sei quê. Mas para quê? Vale a pena?*

*Sinceramente, vale a pena estar aqui a fazer ataques pessoais? Eu gostava, peço desculpa Senhor Presidente já abusei do tempo, de fazer esta reflexão e naturalmente de apelar ao bom senso para que as coisa voltem à normalidade e para que possamos discutir assuntos importantes que temos aqui em cima da mesa. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer: =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu há bocado, por lapso, esqueci-me, aquando da intervenção do José Oliveira sobre o nosso amigo “Leira” de pedir um minuto de silêncio. E se estivessem de acordo, eu pedia-o agora? Eu, depois dou-lhe a palavra Senhor Amaro, depois do minuto de silêncio. É sobre isto? Então, se faz favor. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

*===== É sobre isto mesmo. Eu queria associar-me e ao mesmo tempo acho que a melhor homenagem que nós podíamos prestar ao “Leira” e o “Leira” não me perdoaria se eu não disse-se isso é o exemplo que ele nos deixou: O “Leira” era encarregado, tinha alguns poderes e no exercício das funções dele e ele tratava-nos a todos da mesma maneira. Eu espero que isto sirva de exemplo para quem tem algum poder neste Município. Obrigado. Obrigado “Leira”. =*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Fernando Tavares Oliveira (Leira), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. =====*

*===== Fez-se um minuto de silêncio. =====*

*===== Seguidamente, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de louvor: “A equipa feminina do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela conquistou no passado dia 08 de fevereiro a taça de Aveiro em futsal. O PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao Grupo Cultural e Recreativo de Ossela, pelo feito alcançado, mais se requer que após a sua aprovação seja comunicada ao Grupo Cultural e Recreativo de Ossela. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos, dizendo: =====*

===== Agora fazia a pergunta, se algum Deputado ainda não assinou o Ponto (folha de presenças), faz o favor de o fazer, porque vamos entrar agora no “Período da Ordem do Dia”.:=

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Conforme é habitual a informação é enviada aos Senhores Membros da Assembleia, no caso foi distribuída aos Grupos Parlamentares e eles podem colocar as questões que entenderem relativamente á matéria em apreço. Isto também decorre de uma imposição legal e portanto estou à disposição para caso seja necessário dar alguns esclarecimentos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto dois:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31.12.2013 (atualizado em 16.01.2014) - Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente a esta matéria é discutida de forma aprofundada nesta Assembleia Municipal, portanto na Assembleia Municipal de*

fevereiro. Dar-lhe nota que, a execução económica do ano de 2013, gerou um superavit estrutural de 6.7%. Ou seja, um superavit de dois milhões trezentos e noventa e um, quinhentos e quarenta e quatro euros (2.391.544€). A dívida do Município, a 31 de dezembro, cifra-se em trinta e sete milhões de euros (37.000.000,00€), trinta e sete milhões e quinhentos e noventa e três mil e quatrocentos e vinte e dois euros (37.593.422,00€). E portanto, também dizer-vos, com toda a transparência, que este valor significa que a redução se mantem mas a um ritmo menor do que aquele que vinha a ser feito ao longo dos últimos anos. Ou seja, nós tivemos uma redução de um milhão e novecentos e setenta e sete mil e oitenta e um euros (1.977.081,00€) o que significa que desde 2007 até agora, ou seja, a redução acumulada são de dezassete milhões quinhentos e noventa e um mil euros (17.591.000,00€) mas, esta redução e esta dívida total do Município, não atinge aquilo que estava no Plano de Saneamento Financeiro ou seja aquilo que tinha sido aprovado, há um desvio. Mas o Município de Oliveira de Azeméis continua a ter as contas equilibradas, continua a não ter as contas no vermelho, continua a não ser chamado a atenção nem pelo IGF, nem pela DGAL, nem por nenhuma outra instituição. Temos vindo a fazer todos os cumprimentos a cumprir toda a legislação. Nesta parte aqui, deixem-me dizer-vos que, a nossa dívida total se cifra nos trinta e sete milhões e quinhentos e noventa e três mil e quatrocentos e vinte e dois euros (37.593.422,00€). Dizer-lhe que a dívida de empréstimos de médio e longo prazo está em vinte e oito milhões trezentos e dezassete mil euros (28.317.000,00€) portanto uma redução, relativamente ao ano de 2012, de três milhões seiscentos e quarenta e quatro mil euros (3.644.000,00€) e portanto nós temos uma redução que cumpre claramente aquela que é a legislação em vigor. Naquilo que diz respeito ao endividamento líquido municipal, ele está em vinte e quatro milhões oitocentos e noventa mil quatrocentos e trinta e dois euros (24 890.432,00€) e portanto tivemos uma redução de 2012 para 2013 de dois milhões e trezentos e vinte e seis mil e novecentos e sessenta e cinco euros (2.326.965,00€). Quanto à questão da dívida a fornecedores, aquela que está registada, em dezembro de 2013, ela está nos quatro milhões quatrocentos e noventa e oito mil cento e setenta e nove euros (4.498.179,00€) e portanto, há aqui um aumento também desta dívida a fornecedores relativamente ao ano anterior. O prazo médio de pagamentos, fruto daquilo que eu acabei de dizer, também, está nos 98 dias. Ou seja, o prazo médio de pagamentos em 2013 está nos 98 dias e está muito longe daquilo que é o limite legal que são 180 dias como os Senhores Deputados sabem, mas há uma variação de 22 dias relativamente às contas de 2012. Portanto o prazo médio de pagamentos do Município de Oliveira de Azeméis a 31 de dezembro 2013 é de 98 dias. Em termos de despesa total, a nossa execução é de trinta e seis milhões seiscentos e noventa e oito mil euros (36.698.000,00€) e a nossa receita total é trinta e sete milhões setecentos e oitenta mil euros (37.780.000,00€). E portanto estas são as contas e aquilo que me apraz dizer deste relatório de acompanhamento de execução do Plano de Saneamento Financeiro é que foi enviado para todas as instituições que tinha que ser, para os Ministérios, para o Tribunal de Contas, para a IGF, para a DGAL, portanto para todas as instituições dentro daquele que é o prazo estabelecido e o prazo legal. Muito obrigado, Senhor Presidente.=

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António Rosa, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Começo por resumir, telegraficamente, os grandes números deste relatório, para enquadramento da minha intervenção. Quanto á dívida total do município, ela reduziu em 2013, um milhão novecentos e setenta e sete mil euros (1.977.000,00€). Desde 2007, reduziu em dezassete milhões quinhentos e noventa e dois mil euros (17.592.000,00€), no entanto, mantem-se ainda a cima daquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro em dois milhões setecentos e cinquenta e sete mil euros (2.757.000,00€). O endividamento de Médio e Longo Prazo da Câmara Municipal é de vinte e oito milhões trezentos e dezassete mil euros (28.317.00,00€), reduziu-se em 2013 em três milhões seiscentos e quarenta e cinco mil euros (3.645.00,00€) face a 2012 e está um milhão e setecentos e oitenta e três mil euros (1.783.000,00€) abaixo no estimado no Plano de Saneamento Financeiro. O endividamento Líquido do Município é a 31 de dezembro de 2013 de vinte e quatro milhões oitocentos e noventa mil euros (24.890.000,00€), tendo reduzido ao longo desse ano dois milhões trezentos e vinte e sete mil euros (2.327.000,00€) face a 2012. Este endividamento líquido está um milhão e oitenta e quatro mil euros (1.084.000,00€) abaixo daquilo que foi previsto, há sete anos, aquando da execução do Plano de Saneamento Financeiro. A dívida a fornecedores está em quatro milhões quatrocentos e noventa e oito mil euros (4.498.000,00€) como referiu o Senhor Presidente. Esta aqui, dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil euros (2.358.000,00€) acima de valor de dezembro de 2012. Na leitura deste número importa realçar e cruzar duas informações contidas no relatório de acompanhamento e cito: “ a dívida a fornecedores foi condicionada pelo volume de execução do último trimestre de 2013”, segunda citação: “ o valor da dívida a fornecedores, não prejudica a evolução positiva da dívida com pagamentos em atraso.” Isto é: Em dezembro de 2011, a dívida vencida do Município era de dois milhões quinhentos e quarenta e três mil euros (2.543.000,00€); Em dezembro de 2012, era de um milhão oitocentos e sessenta e quatro mil euros (1.864.000,00€); Em dezembro de 2013, era de quatrocentos e um mil euros (401.000,00€). Significa portanto, que o aumento verificada na dívida a fornecedores, resulta da concentração de compromissos assumidos nos últimos meses do ano e 2013 e é uma dívida que está dentro dos prazos acordados com os fornecedores. Dito isto, atribuo nesta reflexão uma importância relativa ao prazo médio de pagamentos que subiu para os 98 dias, mais 22 do que no ano anterior. Não posso deixar de referir de novo este número que é, em nosso entender, o primeiro grande número que ressalta desta análise: A 31 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, após uma execução económica próxima dos trinta e cinco milhões (35.000.000,00€) tinha uma dívida vencida, ou seja, tinha pagamentos em atraso na ordem dos quatrocentos mil euros (400.000,00€). Claro está, Senhor

*Presidente, que o ideal mesmo é que não tivesse um cêntimo em atraso. Estou certo que esse é também o seu anseio e a sua motivação. A trajetória que tem vindo a ser seguida deixa-nos a convicção que essa será uma realidade muito em breve. O segundo grande número que temos a realçar da análise a este relatório, Senhor Presidente, é aquele que representa o maior desvio verificado na execução do Plano de Saneamento Financeiro. Um grande desvio. Aliás, muito grande desvio. Um desvio de cinco milhões quinhentos e vinte e oito mil euros (5.528.000,00€), Senhor Presidente. Um desvio de 214%, Senhor Presidente. Sabe que desvio é este? Sabe, seguramente. É o desvio verificado no volume de investimento que foi realizado em 2013: oito milhões e cento e onze mil euros (8.111.000,00€) de investimento executado, contra o valor previsto no Plano de Saneamento Financeiro de dois milhões quinhentos e oitenta e três mil euros (2.583.000,00€); cinco milhões de euros (5.000.000,00€) de investimento acima daquilo que era previsto na altura do Plano de Saneamento. Esperamos Senhor Presidente que não seja também este desvio, um desvio que incomode quaisquer consciências. Muito Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====*

*===== Senhor Presidente, só dar uma nota na sequência desta intervenção e uma explicação naturalmente. A questão do investimento que o Deputado António Rosa falou, há aqui duas situações que merecem ser realçadas: Uma é, por um lado, o investimento que resulta, basicamente, do volume de trabalhos feitos através de fundos comunitários. E portanto aquilo que é chamado a contrapartida nacional. Ou seja, nós tivemos, final de ano, quer na Área de Acolhimento Empresarial, quer no Parque do Cercal, tivemos um volume de obra intenso. E depois há aqui uma outra situação também que merece ser destacada, que foram os contratos que foram assinados com as 19 Juntas de Freguesia também no último trimestre de 2013. Ou seja, a própria Assembleia Municipal aprovou, discutiu e a obra foi executada. E havia aqui uma preocupação que é, não deixar nunca em nenhuma circunstância que se perdesse esta redução. Ou seja, o que aconteceu em 2013 é que a linha de redução, não é tão inclinada como vinha a ser, continua a reduzir mas de uma forma mais ligeira. Esperamos, sinceramente, voltar aos níveis e ao ritmo de descida nos anos seguintes. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== Assembleia apreciou a referida informação. =====*

*===== **Ponto três:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30.09.2013 – Apreciação; =====*

=====  
*Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====  
*Senhor Presidente, o ponto três, este relatório está intimamente ligado e relacionado com o anterior e com o ponto seguinte. Portanto, se alguém quiser colocar alguma questão, nós podemos naturalmente dar essa explicação. Nós estamos a falar e já aqui falamos do prazo médio de pagamentos, do endividamento, da dívida; do endividamento de médio e longo prazo, dos pagamentos em atraso aos fornecedores e portanto também do próprio plano e a execução que temos feito do PAEL – Plano de Ajustamento Financeiro que nós nos candidatamos e são esses números que também trazemos a dar conhecimento à Assembleia Municipal.* =====

=====  
*Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

=====  
*Desculpem lá. É assim. Eu com todo o respeito e vocês sabem que é muito, há justificações para tudo, a gente ouve falar, eu ouço o Dr. António Rosa a falar e eu tenho consideração profunda, gosto de o ouvir falar. Mas, dá sensação de que, chegamos aqui, não é uma dívida colossal mas é uma grande dívida que nós temos. Mas se sentem bem, todos os anos em todos os orçamentos, em todas as revisões nos dizem a mesma coisa. Honestamente, vocês sentem-se bem com esta dívida. Como é que foi possível chegar aqui? Penso que, para nós, isto nos passa ao lado. Vocês, justificam tudo, encontram justificações para tudo. Mas, eu gostava de saber, em síntese, como é que foi possível chegar onde nós chegamos? O Senhor passou muitos anos na Câmara, tem responsabilidades a nível financeiro e eu acho que nós merecíamos uma explicação se calhar? As pessoas não estão aqui agora. Mas, acho que nós merecíamos uma explicação, como é que foi possível chegar aqui? Eu penso que as coisas não são as vezes tão ruins, tão ruins como às vezes a nossa bancada pode fazer crer, mas também não são assim tão boas, tão boas como vocês querem fazer passar para a opinião pública. Expliquem-nos um bocadinho melhor se for possível.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== Senhor Amaro, eu agradeço a questão que colocou. Até porque, eu próprio não o fiz há bocadinho mas, repare: Contas são contas, é como os Senhores nas vossas Juntas. E portanto, nós temos vindo a fazer uma redução, constante, da nossa dívida total, do endividamento a médio e longo prazo e do endividamento líquido. Naturalmente que há, aqui, circunstâncias que levaram a que isto acontecesse. Conforme já foi explicado, estamos a falar de 2013, tendo em conta o investimento que foi feito no último trimestre, mas durante ano, houve ali muita obra e como os Senhores sabem bem, também, nesta parte final. E portanto, esse é o trabalho e é o caminho que temos vindo a fazer, ou seja, este caminho, não é um caminho que pode ser feito só por quem está no poder, por quem esta a executar ou por quem está a decidir, é um caminho que tem de ser feito por todos. Eu tenho sempre dito, e o Senhor Amaro far-me-á justiça que eu tenho sempre dito: Que muito do esforço de redução financeira de equilíbrio das nossas contas, é feito com a compreensão dos 19 Presidentes de Junta. Eu dizia 19. Agora, são 12. São 12, mas 19 unidades territoriais. Porquê? Porque os Presidentes e Junta foram dos primeiros a perceber, como o Senhor Amaro acabou de dizer, que era preciso reduzir, que era preciso parar. Ouça, mas o ajustamento que está ser feito pelo País também tem um pouco a ver com isso, é preciso chegar a uma altura que ele não para tudo e tem que se parar. E foi isso que se fez. E é isso que se tem vindo a fazer desde 2007. Porque, Senhor Amaro, repare: Nós reduzimos à dívida total do Município, nós todos, não somos só nós que estamos aqui, somos todos, reduzimos dezassete milhões de euros, porque ela já foi cinquenta e seis ponto qualquer coisa. Reduzimos porque, tivemos que travar às 4 rodas, tivemos que ajustar, não podíamos continuar a gastar. Agora repare e eu com isto termino: Eu acho que, isto deve ser gratificante para nós, deve, este esforço de redução do Município. Porque repare: Esta lista é uma lista da DGAL, é a lista oficial, o título diz – Municípios com dedução nas transferências do Estado por incumprimento do limite de endividamento líquido. Está aqui. Não estamos cá. Excelente. Esta a ver? Já cá andamos, mas agora não estamos. Municípios que ultrapassaram o limite de endividamento líquido – Está aqui e aqui. Está a ver? Não estamos cá. Senão estamos cá é porque estamos a cumprir. E estão outros que estão cá. Você poderá dizer: Mas a gente com o mal dos outros pode bem. É verdade. O que significa que o esforço que estamos a fazer, que pode-se dizer que está a ser feito mais depressa ou com menos pressa mas está a ser feito e a tendência é claramente reduzir porque é isso tem acontecido. Até porque, acrescento, hoje há legislação, isso também é muito importante dizer porque ainda não foi dito, há hoje legislação que também nos obriga a fazer isto, certo? Senhor Amaro, você ouviu o Governo a dizer assim: - Agora, não sabemos se vamos ter programa cautelar ou não, não é? - A saída da Troika? Que se ponham a milhas rapidamente. Com cautelar ou sem cautelar, vamos ver? Mas também ouviu o Governo a dizer: Hoje há instrumentos e há legislação, que foi aprovada pelo PS e pelo PSD e bem, que evita fazer despesa. E depois quem vier que feche a loja. Até porque você sabe, agora com a Lei dos Compromissos, que nós dá cabo da paciência, a nós todos, a vós, mas a nós também, que às vezes a gente tem ali o dinheiro mas se não tiver a comprovação do fundo disponível não pode investir, não pode transferir, é um mecanismo de travão e de controlo que

*nos foi colocado a todos, não só a nós, aos hospitais, às escolas. Agora, nós estamos a cumprir. Eu espero que toda a gente esteja a cumprir. Eu de vez em quando vejo nos jornais, que alguns setores da nossa sociedade não cumprem. E isso aí? Como é que é costume dizer? Ou comem todos.... Portanto aqui tem que haver regras para todos. E nós temos vindo a cumprir. E eu uma vez mais digo: A compreensão que tem existido por parte dos Senhores Presidentes de Junta tem sido inexcusável, porque compreendem, porque têm vontade em fazer mais, em fazer mais depressa. Mas nós agora fruto dessa legislação mais apertada também nos obriga de alguma forma a chegar a estes valores. E aquilo que eu espero, sinceramente, é que nós possamos e este é o Macro Objetivo - é que em 2020 a gente possa dizer: Estamos a zero. Aquilo que disse há bocado da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro que era pôr o contador a zero. E o que nós queremos também é por o nosso contador a zero e então, aí, estamos sem dívidas, estamos com as coisas totalmente controladas. Foi para isso também que fizemos o Plano de Saneamento Financeiro. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== Assembleia apreciou a referida informação. =====*

*===== **Ponto quatro:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – reporte a 31.12.2013 - Apreciação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

*===== Este ponto foi discutido e analisado em conjunto com o Ponto três da Ordem de Trabalhos. =====*

*===== Assembleia apreciou a referida informação. =====*

*===== **Ponto cinco:** 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2014 – 2ª Modificação Orçamental - Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e ao abrigo do ponto 2.3, nº 2 das considerações técnicas conjugado com os pontos 8.3.1 e 8.3.2 das Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução, do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro e posteriores alterações, leva-se a cabo a 1ª Revisão ao Orçamento e PPI 2014”. =====  
===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Senhor Presidente, isto decorre daquilo que acabamos de falar também do PAEL e do ajustamento desse Plano á parte contabilística e portanto as alterações que precisamos de fazer.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e PPI/2014 – 2ª Modificação Orçamental, ratificando o despacho do Senhor Presidente, datado de 09.01.2014.* =

===== **Ponto seis:** *Assunção de compromissos plurianuais – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, entrou em vigor no dia 22 de fevereiro de 2012, tendo os procedimentos necessários à respetiva aplicação e à operacionalização da prestação de informação aí prevista sido objeto de regulamentação através do Decreto-lei 127/2012, de 21 de Junho; 2. A noção de compromissos, para efeitos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, consta do artigo 3º, alínea a), sendo: “as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, tal como seja a emissão de uma ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo ter carácter permanente e estar associados a pagamentos durante um determinado período de tempo, nomeadamente, salários, rendas, eletricidade ou pagamento de prestações diversas”; 3. A noção de compromissos plurianuais, para efeitos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, consta do artigo 3º, alínea b), sendo: “os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico”; 4. Que os diplomas legais em apreço consagram a proibição de assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis, sob pena de responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e / ou reintegratória, nos termos da lei em vigor, estabelecendo um conjunto de obrigações legais que deverão ser observadas na assunção dos compromissos e na realização de despesa associada; 5. Que nos termos do artigo 6º, nº 1, alínea c) da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local. Por sua vez, o artigo 12º do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho veio estabelecer que: “Para efeitos de aplicação da*

alínea c) do nº 1 do artigo 6º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano”. 6. Face ao carácter imperativo e à prevalência destes normativos sobre quaisquer outras normas legais que disponham em sentido contrário, ex vi artigo 13º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a referida disposição legal sobrepõe-se (no que por ela for contrariado) ao artigo 22º do Decreto-lei nº 197/99, de 8 de Junho, que estabelece que a abertura de um procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem a autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; b) Os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos [leia-se, € 99.759,58] em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. 7. Que a 30 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Assembleia Municipal os documentos previsionais: As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2014 (incluindo o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes), e autorizada a assunção de compromissos plurianuais expressamente previstos e discriminados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 (incluindo os Projetos de Investimento constantes do Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes), nos termos e para os efeitos do referido artigo 12º do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho. Porém, face à metodologia e técnica contabilística adotadas na elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento não é de todo possível discriminar nestes documentos, individualizados, todos os projetos ou ações que se traduzem em despesas correntes não consideradas como atividades mais relevantes, e que são suscetíveis de gerar encargos plurianuais, que, em regra, assumem valor financeiro que não excede o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, de harmonia com o previsto no artigo 22º, nº 1, alínea b) do Decreto-lei 197/99, de 8 de junho, tratando-se de situações pontuais e com reduzida expressão financeira, 8. O referido nas disposições dos artigos 6º, nº 1, alínea c) da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12º do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho, não se derroga ou afasta a admissibilidade de emissão, pela Assembleia Municipal, de autorização para a assunção de compromissos plurianuais, nestas situações descritas, quando a assunção da despesa e do compromisso plurianual seja legalmente admissível, ainda que as ações ou projetos que dão origem aos encargos não constem expressamente e de forma individualizada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento; 9. A sujeição da assunção do compromisso plurianual, nestes casos e individualmente, a autorização prévia da Assembleia Municipal demandaria graves constrangimentos e atrasos inevitáveis para a gestão corrente municipal, propõe-se que: a), ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, em reforço da deliberação tomada a 30 de dezembro de 2013 e do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-lei nº 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6º, nº 1, alínea c) da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12º do Decreto-lei

*127/2012, de 21 de Junho, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2014, referentes a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; A assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referidos só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de Junho e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas; b) Ao fim de cada semestre seja dado a conhecer à Assembleia Municipal uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Senhor Presidente, se fizermos um bocadinho de esforço de memória, nós tínhamos, às vezes, aqui, Ordens de Trabalhos com sessenta e setenta pontos porque era autorização para isto e para aquilo e tudo tinha que vir à Assembleia Municipal. Isto é a exemplo daquilo que fizemos já noutros anos, que é uma autorização genérica e depois é dar conhecimento á Assembleia Municipal dentro daquilo que são as normas que a legislação nos permite. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto sete:** Acordo de revogação celebrado com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga – Ratificação/ Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foram celebrados os seguintes protocolos entre o Município e a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, a saber: a) Em 02 de outubro de 2000, que teve por objeto garantir o apoio/aconselhamento e assessoria técnica ao município, em assuntos e ações relativos à Floresta; b) Em 06 de março de 2007, para a constituição de uma equipa de sapadores florestais, com intervenção na área do município; c) Em 20 de maio de 2009, com vista à criação de equipa de intervenção em espaços florestais; - Que em 17 de janeiro de 2014, foi celebrado Acordo de revogação entre as partes, nos termos e fundamentos constantes do mesmo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; propõe-se: - A ratificação*

*do Acordo de Revogação, nos termos, fundamentos e efeitos nele constante, ao abrigo do disposto no art.º 137º do CPA; - Que se submeta à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, eu sugeria que nós pudéssemos discutir, até por economia de tempo, o ponto sete e o ponto oito. Nós estamos a revogar um protocolo e estamos a fazer outro. E, se o Senhor Presidente autorizar, eu dava a palavra ao Senhor Vereador Isidro Figueiredo que foi ele quem acompanhou este processo.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr.º Isidro Figueiredo, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Relativamente a este primeiro ponto, da Ordem de Trabalhos, destes dois que estamos a discutir. Este ponto vem à Ordem de Trabalhos porque, nós tivemos a necessidade de revogar o acordo que tínhamos celebrado com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, na medida em que, até pelas alterações legislativas, não era possível manter até por razões da própria Associação Florestal e por razões fiscais, não era possível manter este protocolo. E portanto, aquilo que nós vamos decidir é revogação do protocolo e a aprovação de uma nova minuta que não contempla a parte financeira, porque essa vai ser objeto de uma prestação de serviços que será contratualizada pela Câmara Municipal à Associação Florestal de Entre Douro e Vouga. E para mantermos as equipas florestais, portanto as equipas de sapadores e da equipa de intervenção em espaços florestais, no Município fazendo o trabalho que é conhecido por todos de gestão do espaço florestal e também para acudir em caso de necessidade aos incêndios e portanto colaborar também naquilo que é a tarefa específica dos bombeiros. Portanto, basicamente é isto: Revogação do protocolo em vigor; Celebração de um novo protocolo, mas de colaboração porque nós também podemos colaborar de alguma forma com os nossos equipamentos relativamente ao trabalho que é desenvolvido pelas equipas florestais e pelos nossos homens; E depois será celebrado também, paralelamente, uma prestação de serviços com estas equipas, para que elas possam de facto cumprir a lei como nós queremos também cumprir a lei.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Melo, do CDS/PP.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Jorge Melo Pereira, do CDS/PP.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Secretários da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros companheiros, público, jornalistas e demais presentes, as minhas saudações. Na última Assembleia Municipal, decorrida no dia 30 de dezembro de 2013, aquando da aprovação do Orçamento, o CDS/PP anunciou que iria fazer chegar uma proposta ao Executivo por forma a contemplar ainda no Orçamento deste ano de 2014, na rubrica de Silvicultura mais concretamente, nas medidas de Planeamento e Defesa da Floresta, uma verba para dar início ao planeamento, organização florestal e defesa da floresta contra incêndios. Não será necessário, certamente, recorrer a muitos dados estatísticos para que todos tenham a consciência do drama que vivemos ano após ano na altura dos verões e até mesmo fora desta época propícia à deflagração de incêndios florestais, onde Oliveira de Azeméis se tem destacado pela negativa em relação ao número significativo de ignições e consequentemente de área ardida. Deixando aqui apenas, do ano 2013, os números: 148 ocorrências; 61,5 hectares de área ardida o que equivale a, sensivelmente, aproximadamente 123 campos de futebol. O CDS/PP tem presente acima de tudo a primazia numa cultura de segurança, apostando numa cultura de planeamento e prevenção em vez da habitual reação às consequências do inevitável e posterior lamentação pelos acidentes e mortes ocorridas. Segundo a Lei de Murphy “ o que pode acontecer de errado, acontecerá. No pior momento, da pior maneira e de modo que causará maior dano possível”. Perante isto, o CDS/PP congratula-se pela iniciativa do Executivo Camarário em avançar com este projeto de forma a dar inicio a uma nova mentalidade e postura, demonstrando também que tínhamos razão. Senhor Presidente, este protocolo ficará coxo, se ficarmos por aqui. O Gabinete Técnico Florestal agora em parceria protocolada com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga terão certamente um caminho pela frente muito exaustivo, nomeadamente no planeamento e organização das nossas florestas. Deverão certamente dar início, ao mais difícil neste planeamento, o levantamento exaustivo e cadastramento dos proprietários florestais, para posteriormente organiza-los em grupos ou associações, pois de outra forma não será possível implementar as medidas referidas neste protocolo. Como exemplo: A criação de mosaicos florestais; Abertura de novos caminhos florestais e até mesmo a gestão dos próprios combustíveis. Para além de todo este trabalho a desempenhar pela Associação Florestal e pelo Gabinete Técnico Florestal desta Câmara, falta ainda a articulação e integração do serviço Municipal de Proteção Civil. O qual se estivesse a cumprir com a legislação em vigor, o suposto Comandante Operacional Municipal deveria pronunciar-se e colaborar na elaboração do Plano Municipal da Defesa da Floresta, ao abrigo do Decreto-lei 124/06, revisto pelo Decreto-lei 17/2009 e pelo Despacho 4345/2012 e ainda o Decreto-lei 65/2007. Portanto o Plano ora apresentado, é um Plano apenas no nome, porque na realidade é uma muito bem elaborada manifestação de boas intenções. Não teremos qualquer dificuldade em o votar favoravelmente. Falta-lhe como atrás exposto, o mais importante: - O como fazer? Como passar das intenções para a sua operacionalização e medidas capazes produzir efeitos positivos e objetivamente verificáveis no terreno. É isto a que nos referimos*

*quando abordamos o assunto na Assembleia Municipal de 30 de dezembro. Desta forma, o CDS/PP vai entregar aqui a nossa proposta onde contribuimos com as nossas sugestões, as quais aguardaremos que sejam bem recebidas. Fica entregue, para tomarem o devido encaminhamento. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====*

*===== Em primeiro lugar, ouvi com toda a atenção aquilo que o Senhor Deputado acabou de dizer. Sem ter tempo para ter lido as sugestões apresentadas, deixe-me só dar duas ou três notas que julgo importantes: Agradecer este comportamento, esta atitude e esta postura, naturalmente, construtiva dando sugestões; Compete-nos a nós, depois, também, incorpora-las na estratégia que é, como disse, uma questão muito importante do nosso Município. Nós temos um vastíssimo território florestal. Temos tido, infelizmente, alguns problemas. Eu digo “infelizmente” porque “todos os anos” toca a sirene e todos anos há problemas. E naturalmente que, muitos destes problemas se evitam com uma prevenção bem-feita, como disse e bem, desde o início. Quando se dá por exemplo uma autorização, ou quando se acompanha uma questão, de fazer ou não fazer o caminho florestal, de limpar ou não limpar os aceiros e muitas outras coisas e isto faz-se com planeamento, certo? Há uma outra matéria importante que falou e que tem a ver com o cumprimento da legislação naquilo que diz respeito ao serviço de Proteção Municipal, para que as coisas possam também aqui estarmos devidamente adequados ou a cumprir com aquilo que é a legislação e as determinações. Nós já questionamos a Associação de Municípios também nessa matéria, porque houve uma altura em que a própria associação nos deu algumas indicações para termos alguma calma no caminho a seguir. É uma matéria muito importante. Até porque, conforme disse e bem, há aqui uma questão que é fundamental que é a prevenção. E portanto, a prevenção está também bem espelhada, nesta nossa intenção. E como diz e bem, o caminho faz-se caminhando. Isto não vai lá com medidas avulsas, porque senão não se resolve nada, não é? E portanto, eu agradeço as sugestões do CDS e vão ser naturalmente estudadas e, se possível, vão ser implementadas. Só dar uma nota, Senhor Presidente, que é: Relativamente à questão que foi falada na discussão do Orçamento, que eu lembro-me, foi Deputado Pinto Moreira que fez a intervenção, relativamente à questão dos incêndios florestais da proteção e da prevenção. Isso, é um compromisso que eu assumi na reafectação de verbas neste exercício Orçamental e compromisso foi: No próximo Orçamento ter uma verba mesmo inscrita. Ou seja, porque há ali várias verbas envolvidas nesta matéria e nós vamos fazer essa reafectação também ao longo deste ano em termos orçamentais. Mas ter mesmo uma verba própria para que a Assembleia saiba que, a classificação XPTO é para aquela matéria que vocês também falaram na Assembleia e disse bem, julgo que, 30 de dezembro que foi a que vocês apresentaram essa proposta. Portanto, eu queria agradecer, naturalmente, e daremos, boa nota e conversaremos relativamente a esta matéria e à vossa sugestão. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar/ aprovar o acordo de revogação celebrado com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga.* =====

===== **Ponto oito:** *Minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga - Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que os municípios dispõem de atribuições no domínio da “proteção civil”, “ambiente” e “promoção do desenvolvimento” (alínea j), k) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro); - Ainda as atribuições municipais no domínio da prevenção e da defesa da floresta (art.º 2º da Lei n.º 20/2009, de 12 de maio), - A missão, objeto e ações desenvolvidas pela Associação Florestal de Entre Douro e Vouga e a importância da continuidade de medidas conjuntas, incluindo compatibilização de intervenções; - Que a AFEDV integra a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; - A candidatura apresentada pela AFEDV - Projeto Agris, no âmbito das Equipas de Intervenção em Espaços Florestais; - Que os poderes públicos, no âmbito das suas competências, devem, designadamente: assegurar o princípio da cooperação, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea t), u) e ee) do n.º1 do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que se submeta a mesma à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos, nos termos da alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma.”* =====

===== *Este ponto foi analisado e discutido em conjunto com o Ponto sete da Ordem de Trabalhos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga.* =====

===== **Ponto nove:** *Projeto Educativo Municipal (PEM) de Oliveira de Azeméis - Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O trabalho de elaboração do Projeto Educativo Municipal, desenvolvido entre novembro de 2012 e outubro de 2013 por uma equipa multidisciplinar, com a participação dos cinco agrupamentos de escolas do Município, tendo como coordenador científico o Prof. Valdemar Castro Almeida, da Universidade Católica do Porto; - Que este trabalho se encontra inserido na Área*

*Metropolitana do Porto existindo um referencial de Projeto Educativo Metropolitano, tendo em vista a partilha e disseminação de boas práticas educativas; - Que este documento visa uma correlação das ações levadas a cabo no âmbito da educação no Município de Oliveira de Azeméis; - Que para a elaboração deste PEM foram auscultados vários parceiros e que se pretende que na sua operacionalização todos estejam envolvidos, tendo sido considerado um passo importante para o desenvolvimento educativo municipal e aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Municipal de Educação a 22 de janeiro do corrente ano. Assim, propõe-se: A aprovação do PEM, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, para o período de quatro anos letivos, 2013-2017, devendo o mesmo ser remetido igualmente para aprovação pela Assembleia Municipal.”* =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Este é um projeto e é um projeto muito interessante e muito importante para o Município de Oliveira de Azeméis. Até recorrendo à questão que foi colocada, no ponto anterior, pelo Senhor Deputado Jorge Melo, naquilo que diz respeito ao ter planeamento, ao ter projeto, está é uma das áreas que o Município de Oliveira de Azeméis felizmente tem evoluído e se mantém e está na vanguarda do ponto de vista educativo e é desde a tenra idade até à população sénior, não esquecendo o ensino superior com a Universidade de Aveiro e com a Escola Superior de Enfermagem. E, este é um plano ambicioso, é um projeto ambicioso. É um projeto ambicioso. Foi um estudo feito por quem sabe e muito participado. Mas não seria justo da minha parte, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se eu não proporcionasse oportunidade ao professor Isidro para ele dizer duas palavras relativamente a esta matéria, porque foi ele quem comandou e pilotou todo este trabalho ao longo de muito tempo e que hoje aqui está para ser aprovado em sede Assembleia Municipal. Permitam-me só fazer uma referência, não vou estar agora a elogiar o trabalho do Vereador sobre essa matéria, porque acho que é dispensável faze-lo em sede de Assembleia Municipal. Mas, não posso deixar, até porque eles não estão cá, não posso deixar de fazer uma referência quer à Universidade Católica do Porto que nos acompanhou na monitorização deste processo e portanto é importante fazer essa referência e também ao nossos Agrupamentos, aos nossos cinco Agrupamentos, porque foram todos eles excelentes e todos eles participaram ativamente na construção deste projeto. Se o Senhor Presidente autorizar? Autoriza. Faz favor Senhor Vereador. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara delegou no Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo o uso da palavra, para prestar esclarecimentos. =====*

=====  
*Relativamente ao Projeto Educativo Municipal eu devo referir que, este projeto parte de uma base que é aquilo que é a realidade do nosso município. Tendo havido uma recolha aprofundada de dados, baseados também naquilo que foram os dados dos Censos 2011, bem como de um conjunto de outras fontes que, temos vindo a recolher, temos vindo a fazer o devido tratamento ao longo destes anos e que nos permitem de facto chegar a algumas conclusões e portanto de projetar. E nós estamos só a falar de um projeto daquilo que lançado para o futuro. Sendo certo que este Projeto Educativo Municipal está previsto para um horizonte de quatro anos, portanto até 2017. E na análise que fizemos naturalmente perspetivamos aqui algumas questões que merecem a nossa reflexão e que merecem o nosso entendimento acerca daquilo que é a nossa realidade em termos municipais. Sendo certo que o trabalho é feito no contexto de um projeto que se quer dar um contributo ao nível da área metropolitana do Porto. Isto foi feito nos 16 Municípios que constituíam, na altura, a Área Metropolitana do Porto. Hoje já são 17. E, de alguma forma, o Projeto Educativo Municipal de Oliveira de Azeméis, vai dar também contributos para aquilo que se quer que seja o Projeto Metropolitano de Educação da área do Porto, da Área Metropolitana do Porto e portanto o contexto mais alargado será esse. Sendo certo que aquilo que nos preocupa e a ação que nós queremos desenvolver é, em prol dos nossos alunos, em prol da educação e ensino em Oliveira de Azeméis e que complementa e que integra um conjunto já de medidas que têm vindo a ser implementados no terreno. O Senhor Presidente, aqui, salientou e muito bem: Que tem tido o envolvimento e o empenhamento dos cinco Agrupamentos. Aliás, só faz sentido que assim seja. Não faz sentido que haja um Plano, isolado, elaborado no âmbito do Município e depois não esteja ligado aos cinco Agrupamentos e às atividades que neles se desenvolvem. E portanto, gostava de deixar aqui também uma nota: Que, a concretização deste Projeto Educativo Municipal segue sete linhas orientadoras que partem de uma análise SWOT em que é diagnosticada a situação em Oliveira de Azeméis: Com os pontos fracos e as ameaças; Com os pontos fortes e as oportunidades. E já agora, gostava só de deixar uma nota: Porque é motivo de preocupação, é um motivo de preocupação do país, mas é também é um motivo de preocupação de Oliveira de Azeméis, que é a crescente baixa de natalidade e que faz com que muitas escolas estejam de facto em perigo. Não pode haver escolas abertas sem alunos. Poderá haver edifícios escolares que depois poderão ser aproveitados para outras finalidades. Mas o que é certo é que, temos de facto aqui uma grande ameaça, a nossa taxa de natalidade é mais acentuada do que no contexto da Área Metropolitana do Porto. E portanto é só uma nota de reflexão. Penso que o professor Joaquim Azevedo, vai trabalhar também esta matéria e apresentará algumas propostas. Mas de qualquer maneira, o futuro do nosso Município, o futuro deste país, passa muito também por aquilo que for, em termos de taxa da natalidade a sua inversão e o seu crescimento. Porque senão, digamos, a pirâmide fica insustentável porque fica invertida e seria pouco recomendável porque aí podíamos chegar a uma situação limite de termos as nossas escolas não para crianças, mas para adultos ou seniores se calhar. Relativamente a este Projeto Educativo Municipal: E um documento extenso; Não é uma bíblia; Não tem aqui soluções mágicas para todos os problemas da educação em*

*Oliveira de Azeméis. Mas, aponta metas, aponta orientações claras para onde nós queremos chegar. E seguramente que respondendo de uma forma mais eficaz, às famílias e às necessidades das famílias, á qualidade do ensino, á qualidade dos nossos estabelecimentos escolares completando a rede, melhorando as condições físicas, mas também dando oportunidades aqueles que são, hoje, a sustentabilidade do ensino em Oliveira de Azeméis. Portanto, basicamente é isto e não dispensa naturalmente leitura mais atenta do documento que é constituído por cerca de 80 páginas. Mas de qualquer maneira deixo aqui estes traços gerais: Quer da reflexão que se faz; Quer daquilo que são as oportunidades que surgem e que serão as metas que nós pretendemos atingir ao longo deste próximo quadriénio. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helena Lestre, do PSD =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada Helena Lestre, do PSD. =====*

*===== Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas, comunicação social, público em geral. A educação é uma tarefa de todos. E por isso este Projeto Educativo Municipal, que agora aqui é apresentado para aprovação, é um instrumento de articulação entre o Executivo Camarário, Conselho Municipal de Educação e os cinco Agrupamentos de escolas de nosso concelho que, em conjunto, uniram vontades e forças para o elaborar, sobre a coordenação científica da Universidade Católica do Porto, resulta da necessidade de o Município atribuir um fio condutor às várias ações levadas a cabo no âmbito da sua tarefa de cidade educadora, desde que foi consolidada a adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras em 2004. Saliento as sete linhas orientadoras que se referem os grandes eixos da intervenção deste Projeto Educativo Municipal que está desenhado para um período de quatro anos letivos desde 2013 a 2017 e que surgiram da análise SWOT: A promoção do sucesso educativo; A prevenção do abandono precoce da educação e formação; A educação para a cidadania; A adequação dos serviços educativos prestados pelo Município às necessidades das famílias; A requalificação do parque escolar em função das necessidades educativas atuais; A promoção da elevação dos níveis de qualificação e literacia da população adulta e o favorecimento do diálogo entre os jovens e as empresas. O diagnóstico da análise SWOT, permite-nos verificar que existem muitos pontos fortes e oportunidades, mas também preocupar-nos e trabalhar em conjunto para superar os pontos fracos e ameaças elencadas. Para que este concelho seja uma referência a nível nacional, vontade que, penso que de todos, independentemente do partido político, desejamos alcançar. Obrigada. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Vem na sequência do que o Senhor Vereador Isidro Figueiredo disse. Mas era um dado que eu recolhi, um dado oficial, bastante recente que tem a ver com a questão da natalidade. Já agora, também dar nota: O professor Joaquim Azevedo, que foi quem foi desafiado para definir uma estratégia para aumentar a natalidade, também colabora com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e ainda recentemente cá esteve. Mas dizer-lhe que os dados do Hospital de S. Sebastião, em Santa Maria da Feira, das grávidas, (naturalmente que nasceram mais crianças de pessoas em Oliveira de Azeméis mas que fizeram o seu parto noutros hospitais), estou-me a referir a dados de Santa Maria da Feira e de pessoas de Oliveira de Azeméis de 2012 para 2013. Ou seja, os dados estatísticos dizem que é o único Município que drena para o Hospital da Santa Maria da Feira - S. Sebastião que teve um crescimento efetivo. Ou seja, em 2012, nasceram 289 crianças, de pais de Oliveira de Azeméis, e em 2013, 316. Ou seja, há aqui um crescimento 9.3%. Foi o único concelho que teve um crescimento positivo. Aquilo que nós queremos é que isto pudesse ser maior e se pudesse manter. Agora, temos de aguardar com expectativa, estas questões aos incentivos à natalidade. Porque também sabemos que, a precaridade do emprego, as dificuldades das famílias e essas coisas todas, fazem com que, os casais, as pessoas tenham um bocadinho mais de cuidado e nós possamos daqui a algum anos termos problemas muito complicados de sustentabilidade de um sistema como é Segurança Social hoje. Portanto, acho que aí é um esforço de todos. Mas, eu não gostava também de deixar de partilhar convosco, esta é uma informação muito recente que eu recolhi no ACES e eu queria partilhar convosco. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Projeto Educativo Municipal (PEM) de Oliveira de Azeméis.* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a atividade do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis assume-se como de relevante interesse para este Município, porquanto tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa para a promoção e difusão das línguas e fundamentalmente no desenvolvimento, formação e integração cultural da população; - O enquadramento atual e futuro da construção europeia e a importância da capacitação do cidadão europeu a nível linguístico, como essencial de todo o processo, por ser nele que radica a chave do sucesso do maior projeto de integração cultural e social; - O teor do ofício do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, pelo qual*

*solicita participação financeira do Município; - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro); - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1026/2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, propõe-se: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao apoio para o desenvolvimento das atividades e projetos a prosseguir pela mesma, no ano de 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Se o Senhor Presidente autorizar, eu deixava que a Senhor Vereadora Gracinda Leal pudesse dar mais explicações. Eu dava uma explicação muito rápida e só dar nota do seguinte: Nós temos mais 66 alunos no Centro de Línguas. E significa duas coisas: Significa que o Centro de Línguas, faz sentido, faz todo o sentido; Significa que a oferta formativa é de qualidade e também significa que os Oliveirenses percebem que é importante e que lhes melhora a formação e aumenta a sua competitividade ter também um conhecimento mais aprofundado naquilo que são as línguas. E já são diversas as línguas que são ensinadas no Centro de Línguas. Se o Senhor Presidente desse autorização, eu passava à Senhora Vereadora Gracinda Leal. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora, Dr.ª Gracinda Leal, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Boa Noite. Este protocolo do Centro de Línguas vem na sequência de um pedido de apoio desta entidade à Câmara Municipal, no sentido de apoiar a concretização do seu projeto educativo, isto é, apoiar as atividades, o seu funcionamento. Como sabem, esta escola é um centro de línguas e pretende ser uma escola também aberta ao mundo e capaz de preparar as nossas crianças, jovens e adultos para os desafios da nossa sociedade atual. Tem um grande objetivo que é capacitar a nossa população, dando assim resposta e apoio às necessidades do nosso tecido empresarial dada a sua vocação exportadora. A Câmara entende que deve continuar a prestar todo o apoio e colaboração a entidades que prestam este serviço, que têm projetos educativos. E esta entidade é também um importante veículo educacional e cultural e um importante lugar também de sensibilização para a prática linguística, valorizando as relações interpessoais, conhecendo novas culturas, mostrando-se assim também como elemento*

*chave na promoção de igualdades, oportunidades e inclusão social. O Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis tem uma longa história. Neste ano letivo, como o Senhor Presidente da Câmara já o referiu, frequentam este Centro 483 descentes. Relativamente às atividades, tem também novas atividades. Esta associação tem feito um esforço, enorme, na diversificação de atividades no sentido de capacitar o Centro de Línguas também de autonomia. Pela primeira vez, este ano, levou a cabo uma iniciativa que foi a venda de manuais escolares. Que correu muito positivamente. E pelo que será também repetida no próximo ano letivo. Aumentou também a sua oferta educativa com a inclusão do curso de mandarim, bem como houve um acréscimo dos cursos intensivos de aulas particulares e brevemente também irá iniciar a preparação para os exames do 9º ano. Está também a trabalhar no reconhecimento pelo Ministério da Educação. E, basicamente, os documentos previsionais apontam para atividades que vão de encontro às necessidades da nossa comunidade. Mas, para dinamizar e para realizar essas atividades, o Centro de Línguas tem uma única fonte de receitas que são as mensalidades dos seus alunos. Essas mensalidades refletem, dez meses, valores para dez meses e temos, também, encargos na ordem dos catorze meses. Daí, este défice financeiro. Além de que, os valores das mensalidades são extremamente baixos, porque também entendemos que há um custo social que a Câmara deverá suportar. Portanto, o Orçamento, é um Orçamento realista, com uma diminuição na comparticipação solicitada do ano anterior para este. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, António Pinto Moreira, do CDS/PP; Armindo Nunes - Presidente da União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque e Nuno Pires, do PSD =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros “ilustres” da Assembleia Municipal, público assistente, comunicação social, funcionários municipais. O Centro de línguas está prestes a completar 50 anos de atividade. Da nossa parte, desde já, e para começar, fazemos votos para que dure pelo menos mais 50 anos. Até aqui, está tudo de acordo. E, nas palavras do Senhor Presidente, neste ponto de vista, o Centro de línguas faz sentido. Em 1966, mais de três quartos (3/4) dos que aqui estão ainda não tinham nascido ou andavam de panos ou de bibe, a escolaridade obrigatória era de apenas quatro anos, em que saber fazer contas e saber escrever uma carta eram as métricas suficiente para os objetivos do ensino da época e constituía uma felicidade para o Estado Novo. O Instituto de Francês foi pois uma inovação importantíssima para essa época longínqua, pois permitia o privilégio de quem o frequentava de ter acesso a outros mundos por via de uma aprendizagem diferenciada. No século XXI e desde há vários*

anos, todos os jovens têm o programa de 12 anos de escolaridade obrigatória, gratuita, e têm à sua disposição durante este percurso de aprendizagem duas línguas na escola pública. Portanto os pressupostos de natureza social de substituir o Estado, que estiveram na sua base, já não se verificam. Nas palavras do Senhor Presidente, há pouco, o paradigma está a ser alterado. Outro propósito. Se o Estado financia a aprendizagem geral, para todos, através do sistema público de educação, o que vai para além disso é que o Centro de Línguas é uma escola que temos de equiparar a de direito privado. E é assim que tem que ser percebida. Os seus concorrentes diretos são as escolas privadas de línguas que operam no mercado de concorrência livre. Se em 1966, era social. Passados 50 anos, é uma opção. Muito menos um direito. Como tal, daqui para a frente está tudo errado. Utilizando e parafraseando o Senhor Presidente da Câmara: - A Câmara não se deve substituir ao Estado nas suas funções. Esta instituição, apadrinhada pela autarquia, tem tido uma grande visibilidade pública pelas piores razões como todos sabemos e não adianta voltar agora a falar do mesmo. Tivemos a oportunidade e a desdita de assistir a um cenário que envolveu quase de tudo, desregulação, desordem e incompetência de gestão. Foi a Fundação La-Salette. Foi a GEDAZ. Para nós, esta, é mais uma. Está tudo errado. Agora, continuam sempre os mesmos a aguentar com os prejuízos sucessivos e ninguém é responsável nem paga pelos erros nem por incompetências. Quem se propõem continuar com a mesma maneira de pensar e com os mesmos procedimentos, é como o calendário antigo nas paredes do antiquário, apenas acerta no nome dos meses o resto não acerta uma. E portanto, vir a esta Assembleia pedir aprovação para entrar à frente com dinheiro público para o financiamento da sua exploração, utilizando os mesmos considerandos de há 50 anos como se nada tivesse acontecido desde então para cá e tudo estivesse na mesma, não é aceitável. Para as coisas antigas, já temos o “Mercado à Moda Antiga”. Quando é que, de uma vez por todas, assumimos o princípio da sustentabilidade económica? O Município é uma instituição de bem. Para quando assegurar um modelo de gestão e as pessoas aptas, para: Por um lado, assegurar que o Centro de Línguas presta o mesmo tipo de ensino de línguas e aos mesmos custos para os utilizadores; Mas, em vez de pedir dinheiro a esta Assembleia, usar a criatividade, a imaginação a inovação e a estratégia para desenvolver dinâmicas de atividade para assegurar o nível de receitas necessária e não viver de pedincha. Modelo que defendemos. 1) – Colocar à disposição dos Oliveirenses o mesmo nível de ensino e custos equivalentes para os utilizadores. 2) – Criar serviços ou outros mecanismos complementares capazes de gerar receita. A isto, chama-mos economia. Pedir, é simplesmente solidariedade. E o Centro de Línguas, não consta que seja uma IPSS. É esta a missão e os objetivos de qualquer gerente económico. É assim que se avalia a qualidade do gestor, não a pedir. Continuando, para uma segunda linha de análise. Pedem para aprovar um protocolo, em que o Município se compromete a financiar até setenta e cinco mil euros (75.000,00€). Mas, por outro lado, o Orçamento justificativo apresentado assume um subsídio da Câmara de, cerca, de noventa mil euros (90.000,00€). Afinal, em que é que ficamos? É fácil perceber. Ou, vejamos, a falta de rigor com que estas coisas se apresentam tratadas: No ponto dois, do mesmo pedido, o Município fica a comprometido ainda a fornecer, cito: “...todo

*o apoio logístico necessário...” - primeiro cheque em branco; “ ...todo o apoio técnico...” – segundo cheque em branco; “...outros apoios quaisquer necessário à prossecução dos objetivos...” – um livro de cheques. O que representa vir pedir, para darmos isto? Eu explico. Todos aqui, além do juramente solene do cumprimento de exercer o cumprimento das nossas funções, neste Órgão Municipal, e antes de mais, somos pessoas. Ao Senhor Presidente da Câmara, que lidera o Executivo por si escolhido e ao Presidente da Assembleia Municipal, que aqui chegou em resultado de eleições apoiado por uma maioria relativa, a nós Membros da Assembleia, e repito: antes mais, somos pessoas. Apresentar como se apresenta desta forma um documento vago, desprovido de rigor, tecnicamente, é um caso de desclassificação, politicamente, não dignifica a Assembleia e mais, é uma falta de respeito. Queremos saber, linha por linha, quais são exatamente os apoios que estão a ser pedidos? Não vale a pena, não adianta, mandar para aqui qualquer coisa o que quer que serve. Não é assim. Asseguramos-lhe que não somos todos iguais. Ora, atente-se ainda em outro pecado mortal: A omissão, a falta de rigor e os custos encapitados. Contas, são contas. E só a verdade, é que nos ilumina. O Centro de Línguas, não constituiu património, não está em instalações próprias. Afinal, quem paga a renda das instalações que utiliza? De que saco vem esse dinheiro? Não está lá. E quanto à rubrica – Energia e outros Fluídos: Onde estão declarados esses gastos? De quem são? É como os pais que mandam o filho estudar. Mas, se o filho não estuda, o compensam aumentando-lhe generosamente a mesada. E o filho: Estudar para quê? Ser autónomo economicamente para quê? Ponto um e para terminar - Política: Fazemos votos para que o Centro de Línguas dure pelo menos mais 50 anos, se houver vontade e capacidade. Ponto dois – A Lei: Requeremos um parecer jurídico onde se ateste a capacidade desta Assembleia Municipal para participar com dinheiro público nos gastos de funcionamento desta instituição. Ponto três – A Estratégia: Pretendemos que seja apresentado um plano orientador para no médio prazo, digamos: no decorrer deste mandato, de como o Centro de Línguas se propõe atingir o estado de sustentabilidade económica. As asneiras antigas também cá estão e sabemos que teremos de aguentar com elas. Ponto quatro e para terminar – Limpinho: Pretendemos saber, linha por linha, qual é a estrutura de gastos efetiva? E também, quais são todos os outros tipos de fornecimentos necessários para o seu propósito e atingimento dos objetivos? Muito obrigado. =*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca. =====*

*===== Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, Membros da Assembleia, caro público. Eu, não aprofundei este assunto, não tinha intenção de aqui vir falar nele. Mas tenho uma opinião convicta, sobre o que deve ser o meu voto e não queria fazê-lo sem naturalmente explicar porque o faço. Depois da intervenção brilhante do nosso colega Pinto Moreira, tudo o*

*que disse-se eram minudências, eram pormenores e por isso eu vou centrar-me, apenas, naquilo que é essencial, naquilo que determinou a minha posição. Não quero sequer discutir o ato que está para aprovação nesta Assembleia. Eu quero discutir sim, aquilo que lhe deu origem, portanto, a essência desta questão. E ela resume-se muito facilmente desta forma: Considero que o Centro de Línguas é, de facto, uma mais-valia para a nossa população. Eu próprio tenho no Centro de Línguas dois netos, que lá venho trazer todas as quartas-feiras e é das coisas que mais gosto me dá na vida que é acompanhar os meus netos a crescer. Mas também sei que esta certamente não é a função do Município. A função do Centro de Línguas ensinar línguas é uma função meritória mas, tem os seus locais próprios, tem os seus mestres em termos de fomento de organização próprios - como bem referiu o colega Pinto Moreira. Peço desculpa de o referir uma vez mais. O Estado tem, no ensino público, oferta. E também há operadores privados que fazem esta mesma função, certamente, com o mesmo mérito. E, com a vantagem que não é despicienda de libertar o Município de mais este encargo que, de facto, num tempo de crise, num tempo de contenção, eu penso que devia ser evitado. O que peço, é que, até pelo histórico do Centro de Línguas, o Executivo pondere seriamente, se será mesmo necessário continuar a tomar nas suas mãos o encargo do Centro de Línguas, ou, se não será prudente garantir que a associação consiga sustentabilidade com os seus meios. E, se calhar, se aquilo que é gratuitamente entregue se começar a ser um bocadinho minguado, como diz o ditado: “ a necessidade aguça o engenho” e algumas coisas se possam alterar com proveito para o erário público. E depois temos sempre a oferta pública. E temos também operadores privados que certamente não deixarão de cumprir com satisfação dos munícipes esta função. Se o Senhor Presidente me dá licença: Eu queria aproveitar a circunstância de estar neste púlpito, para uma pequena reflexão sobre o incidente que aqui ocorreu há pouco e, para dizer o seguinte: Nós estamos, aqui, na Casa da Democracia. Todos os Membros que aqui estão foram eleitos. Eu tenho alguma dificuldade em perceber, como é que às vezes aquilo que é, porque temos que o reconhecer que há, pode haver, entre os Membros desta Assembleia diferenças de natureza ideológica. E essa diferença de natureza ideológica naturalmente que fará ver em perspectivas diferentes as posições das pessoas relativamente às questões em concreto. Penso que nós estamos a reduzir de facto a nossa discussão a pequenas picardias que não acrescentam nada, não acrescentam rigorosamente nada ao trabalho desta Casa que, repito: é a Casa da Democracia. Nós temos que fazer crescer esta Casa. Nós temos que prestigiar esta Casa. E não é com minudências, não é com o repisar até à exaustão de coisas passadas que já não interessam rigorosamente nada para que isto e que só vem envenenar o ambiente e só vem prejudicar a produtividade a eficácia desta Casa e, em última análise, vem prejudicar o Município, vem prejudicar aqueles que nos confiaram o seu voto. Eu sei que às vezes a discussão nos retira alguma lucidez, que o calor da discussão a faz resvalar para áreas e para caminhos que não interessam nada a esta Assembleia. E por isso, era uma apenas uma reflexão que eu pedia a todos: Não será de nós respeitarmos mais, o essencial, aquilo que nos separa e respeitarmos mais a forma como cada um de nós vê, a perspectiva que cada um tem da vida*

*desta Assembleia. É só isso. Eu acho que temos todos, o dever de fazer crescer a democracia. E fazer crescer a democracia é dar dignidade, é dar respeito, às nossas discussões. Peço desculpa. É uma opinião muito pessoal mas eu, sinto-me muito triste, vou triste pelo que aconteceu hoje nesta Casa. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, de Pinheiro da Bemposta/ Travanca e Palmaz, da União de Freguesias. Eu não posso estar mais de acordo consigo. E quero-lhe agradecer o seu senso, a sua frieza e a maneira como pôs os problemas. Esta é, efetivamente, a casa da Democracia. Estamos aqui todos pelo voto popular, embora isso possa custar a muita gente. Mas é verdade. Esta é a essência da democracia, senão não vale a pena votar. E ganha quem ganha e tem que saber ganhar e perde quem perde e tem de saber perder. Agora, andarmos constantemente e comigo ficaram sempre a falar sozinhos. Mas a paciência também tem limites. A paciência tem limites, os insultos, as incongruências. E não estou a falar, porque é salutar haver divergências ideológicas, com certeza. Não há unanimismos, isso já foi noutra altura. E eu aplaudo, como tenho que aplaudir agora. E dizer ao meu Partido, que vou votar com o engenheiro Pinto Moreira porque ele convenceu-me e veio de encontro aquilo que eu penso. Portanto, isto é mesmo assim. Agora, se formos refletir e os senhores são testemunhas que eu, nunca, aqui, deixei que as coisas extravasassem em linguagens menos próprias e que não dignificam esta Assembleia. Não fui eu. E se eu não tenho perfil? Não é essa a opinião do meu partido, que votou por unanimidade na minha pessoa. Não sou eu que estou aqui por não terem votado elementos do meu partido. Eu estou aqui porque também eles me orgulham e porque sou o orgulho deles. E há que respeitar isto, quer se goste, quer não se goste. E os senhores são testemunhas que, quando, às vezes, no calor da discussão, numa palavra menos bem dita eu sou o primeiro (e o Senhor Presidente da Junta de S. Roque pode ser um exemplo disso) a humilhar-me. Não tenho problema nenhum. Não tenho o mínimo problema. Nunca me desvalorizo. Se alguém se sente incomodado, ou se eu firo alguém quando digo alguma coisa. Não. Só queria que, ele tivesse percebido, tivesse percebido que eu o fiz nas duas qualidades, que há duas qualidades: Uma, como Presidente da Assembleia Municipal, que não posso ter, normalmente, direito a dizer aquilo, quase, que penso; E outra como candidato, que, aí, posso dizer aquilo que penso. Isto sem ofender ninguém. E acho que nunca o fiz. Agora, como é que eu vou perceber, ou entender, como é que eu posso ter respeito político, eu sou obrigado a tê-lo, mas como é que posso ter quando vem uma pessoa fazer um ataque pessoal como os senhores testemunharam? Porque não há, atas. Não tem perfil. Porque dei a palavra ao público. Deixei o público expressar-se. Algum dos senhores achou que o público, quando se expressou, naquela Assembleia, se expressou de uma maneira menos própria, menos deselegante? Eu nem estava a perceber, do que é que estavam a falar. Mas já há muitas vezes que eu não percebo este Senhor. O Senhor Amaro também já não o percebeu uma vez. Portanto,*

*eu não sou o único, nisto. O que eu peço a todos é: serenidade; calma; senso. Nós temos o máximo respeito e eu posso falar pela Mesa e pela Câmara Municipal. Há pessoa que tenha sido mais atacada em termos menos próprios que o Presidente da Câmara? E fugiu? E foi-se embora? Abandonou as sessões da Câmara Municipal? Por amor de deus. Há que ter um bocado de senso e de saber também refletir e tomar posições que dignifiquem e tenham a coragem de as assumir. Isto foi um incidente que eu lastimo mas, por mim, está perfeitamente ultrapassado. Não sou eu que vou criar um caso político, com isto. Isto para mim, são coisas que não me tiram o sono. Não me tiram o sono. Sabe porquê? Porque temos a consciência tranquila. Eu tenho problemas de sono como muita gente, mas não é por ter problemas de consciência como alguns. Portanto, eu não me queria alongar, desculpem, isto foi mais um desabafo. Quero, de qualquer maneira, dizer aos Senhores Presidentes de Junta que não subiram mais na minha consideração porque eu tenho consideração por todos como sabem. Mas, acho que se posicionaram de uma maneira correta, a bem da democracia e por respeito com esta Assembleia. E como todos vocês fazem parte e concorreram nas listas do Partido Socialista, penso que aquilo que o Senhor Armindo Nunes disse sejam vocês os primeiros a chamara a atenção os vossos colegas das atitudes menos próprias e muitas vezes feitas sem pensar que tomaram para salvaguarda da democracia, para salvaguarda da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal de todos nós de Oliveira de Azeméis fundamentalmente que o mais importante. Desculpem, se me alonguei mais um bocadinho, mas era isto que me vai na alma e o que eu pretendia dizer. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, que prescindiu. =====  
Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputada Nuno Pires, do PSD. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público em geral. O Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis foi criado, em 1966, com o nome de Instituto de Francês. Contando, já na altura, com o apoio da Câmara Municipal. Posteriormente, em 1971, durante o mandato do Presidente Leopoldo Soares dos Reis, foi criado o instituto de Inglês emergindo mais tarde os cursos de Alemão e Espanhol. Em junho de 1991, o então Presidente Senhor Ramiro Alegria decide atribuir estatuto próprio aos institutos passando a designar-se como atual – Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis. O Centro de Línguas tem como missão assegurar o ensino de línguas, contribuindo de forma ativa no desenvolvimento das competências linguísticas dos seus alunos capazes de responder com eficácia aos desafios e mundo globalizado. Ao longo dos 48 anos de existência, cerca de 14548 alunos, eu volto a repetir: 14548 alunos passaram pela formação linguística do Centro de Línguas de Oliveira de*

*Azeméis. Muitos dos quais de outros concelhos. Numa análise muito rápida, percebemos que em média estudaram por ano cerca de 300 alunos, ao longo da sua existência. Facto de importante relevo, para além da reconhecida qualidade de ensino, são os preços praticados nas mensalidades. A título de exemplo, dou-lhe os preços de tabela do Centro de Línguas de S. João da Madeira: em que as mensalidades, variam entre os cinquenta (50) e os setenta (70) euros. Em Oliveira de Azeméis, as mensalidades variam entre os doze (12) e os quarenta e dois (42) euros, mediante o nível de aprendizagem. É um custo social que a Câmara Municipal assume, com sempre foi desde a sua criação, sendo parceiro do mesmo. E não foi um, ou dois, ou três Presidentes de Câmara, foram todos. Nos últimos 4 anos o número de inscritos a frequentar o Centro de Línguas, como já aqui foi referido, e num contexto socioeconómico desfavorável, aumentou de ano para ano. Do ano letivo 2012/2013 para o atual o número de inscrições aumentou cerca de 14%, 66 alunos. Tendo, neste momento, a frequência de 483 alunos. A oferta linguística também aumentou. Aos cursos disponíveis, de inglês, francês, alemão e espanhol, junta-se agora o curso de mandarim. Procurando a direção do Centro adaptar-se a novas realidades. Por outro lado, e conforme previsto no plano de atividades, o Centro de Línguas dispõe de outro tipo de serviços, a saber: cursos de verão; cursos intensivos para particulares e empresas; aulas particulares; explicações; traduções e cursos de português para estrangeiros. Neste sentido, o Centro elaborou um processo de candidatura de forma a obter a certificação pelo Ministério da Educação. Não obstante as receitas derivado ao maior número de alunos, a direção procuro reduzir ao máximo os seus custos, por exemplo: aderiu ao perdão das dívidas fiscais. Gostaria também de referir que, este apoio que aqui estamos a aprovar, face ao ano anterior, tem uma redução de 25%. Recordo, apenas, que o Centro de Línguas é alvo de uma investigação e aguardamos, todos, por novos desenvolvimentos. Tal situação, resultou de um pedido de auditoria feito pela atual Presidente do Centro de Línguas, a professora Gracinda Leal, demonstrando que a Câmara Municipal e a tutela não têm nada a esconder procurando toda a transparência da instituição. Posto isto, e perante o que ouvi, gostava só de fazer mais duas pequenas notas: Uma: Dizer ao engenheiro Pinto Moreira que, sendo de direita, compreendo um bocadinho a análise que faz, numa questão de sustentabilidade. Dizer-lhe que, na questão do enquadramento legal, o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis não é uma IPSS é apenas uma associação sem fins lucrativos. Colocar a questão do enquadramento legal nestes termos, seria a mesma coisa que colocarmos a questão sobre um apoio a outra qualquer instituição recreativa e cultural, formação desportiva, entre outras. Relativamente também ao Senhor Armindo Nunes, com todo o respeito que lhe tenho, gostava de dizer e não vou alongar muito nesta conversa, até porque a questão seria mais colocada diretamente aos Vereadores e aos Deputados do Partido Socialista: Que ainda não consegui perceber, sinceramente, qual é a posição do Partido Socialista, nesta matéria? Toda a gente diz, toda a gente defende, que o Centro de Língua teve imensos alunos ao longo dos diversos anos e que deve manter-se por 50 anos mais. No entanto, eu não consegui, ainda, e posso-lhe dizer que fiz um estudo sobre essa*

*matéria, depreender uma solução por parte de qualquer outro Partido, para esta situação. Há várias. De facto, há várias soluções. Eu dou um exemplo: Podemos aumentar as mensalidades, como o engenheiro Pinto Moreira, pontualmente, sugeriu por uma questão de sustentabilidade. É uma alternativa. Podemos inclusive: Não apoiar, correndo sérios riscos de o Centro de Línguas encerrar. Podemos. Nós podemos tudo isso. Agora, seria justo, não só para nós, mas para todos os Oliveirenses, que tomássemos uma posição definitiva sobre o assunto. Porque não fica bem, vir dizer: Que o Centro de Línguas não pode continuar assim; Que o Centro de Línguas não sei o quê. E depois, não há uma solução. Há que assumir essa solução. Para terminar, apenas gostava de dizer que: Amanhã nesta sala serão entregues mais 61 diplomas acreditados por entidades internacionais, nomeadamente a Universidade de Cambridge, o Ministério da Educação Francês, Goethe Institut e Instituto Cervantes, reconhecidos mundialmente por empresas e universidades segundo o quadro europeu de referência para línguas. E onde os alunos propostos pelo Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis tiveram uma taxa de aprovação de 100%. Posto isto, e apenas para terminar, relativamente também à situação que se passou: Senhor Armindo, de facto, esta é a Casa da Democracia; Mas para se respeitar é preciso ser respeitado. Tenho dito.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====*

*===== Muito obrigado. Só dar duas ou três notas e manifestar a minha total disponibilidade para se as forças políticas com representação nesta Assembleia Municipal, acho que não é o local próprio para o fazer mas, se quiserem, cada uma das forças políticas, indicar um, dois ou três representantes, podemos fazer uma reflexão serena / tranquila sobre o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis. Tudo aquilo que o Senhor Eng.º Pinto Moreira ali disse, e pediu, vai-lhe chegar às mãos para ver tudo o que quiser e mais alguma coisa. Tudo o que quiser. E portanto, tomamos boa nota. Isto agora é gravado, tem essa vantagem, as reuniões agora são gravadas. Porque de vez em quando a gente diz umas coisas e depois diz que não disse. Mas, agora, está tudo gravado, para o bem e para o mal. Eu sei hoje tudo aquilo que o Senhor Eng.º Pinto Moreira aqui pediu e vou pegar na gravação e vou-lhe responder ponto por ponto, dando toda a informação. Só não lhe posso dar de uma coisa, que é do processo judicial, porque esse eu não tenho acesso, só quando o Ministério Público ou o Doutor Juiz disser o que tiver que dizer. E nós então, se calhar, aí, algumas pessoas que falam muito sobre o Centro de Línguas, se calhar, vão dizer: - Tão injusto que eu fui, sobre o Centro de Línguas. Mas, isso, não sou eu que posso dizer. Só a justiça. E eu acredito na justiça. Acho que ela é lenta. Mas acredito na justiça e que ela funciona. Acredito no Estado de Direito. Nós não podemos estar aqui a fazer uma discussão ideológica sobre, se o município (A) ou o município (B), se as câmaras (A) ou as câmaras (B) devem apoiar ou não devem apoiar o ensino das línguas no seu município. Porque senão vamos estar aqui a discutir: Se devemos apoiar a componente de apoio à família; Se*

*vamos fazer desporto na escola, porque também não somos obrigados e também fazemos; Se ajudamos as associações de pais, também não somos obrigados e fazemos; Se melhoramos o ensino. Há aqui uma questão, oh meus caros, com toda a clareza e com toda a frontalidade respeitando a opinião de cada um, este é um fator de competitividade do nosso concelho (ponto final, parágrafo). Gostemos, ou não gostemos. Nós andamos sempre a falar na diferença; O concelho (A) é isto; O concelho (B) é aquilo; Nós aqui, ai..., ai.... E quando temos uma coisa que nos diferencia, e desculpem - pela positiva: Aqui d'el rei. Reparem: Este é um apoio, é um investimento e não é olhado como um custo para o município. Porque reparem: Aliás, o Deputado Nuno Pires falou que amanhã vai haver aqui entrega de diplomas. Eu agradecia tanto que as pessoas que têm dúvidas, sobre o Centro de Línguas, pudessem passar uma ou duas horas a ver o que é a cerimónia da entrega dos diplomas, as lágrimas que correm no rosto das pessoas que subiram na vida do ponto de vista profissional porque sabem falar e escrever de outra maneira: o francês; o inglês. Elas vêm cá dizer a isto: - A minha vida mudou completamente, porque eu tive oportunidade a custos diferentes de aprender e de melhorar a escrever francês, inglês, espanhol, mandarim. Nós, as vezes, arrepiamo-nos todos porque há aí um concelho que diz que ensina mandarim. Nós também ensinamos. A nossa relação, com a China, até é de negócios. Nós temos um protocolo assinado. Eu sei que as pessoas não dão importância a isto, mas isto é importante. Nós somos o único Município do país que, temos um protocolo assinado com a Província de Hubei, na China. E ainda agora fomos contactos por políticos da Província de Hubei para visitar Oliveira de Azeméis. Eles não vêm cá fazer turismo. Eles vêm cá ver oportunidades de negócios, como fizeram na área de acolhimento Empresarial UV/ Loureiro que investiram trinta e seis milhões de euros (36.000.000,00€). Mas é evidente, que: O município (A) porque tem um protocolo com a universidade (B) que ensina uma coisa qualquer, entra nas televisões, vem nos jornais. Isso é que é bom. Nós aqui o que queremos, e somos, é um concelho competitivo. Somos, sim senhor. E quando o Eng.º Pinto Moreira diz: - Eu desejo que o Centro de Línguas dure mais 50 anos. Pois é, Senhor Eng.º Pinto Moreira, o senhor deseja que dure mais 50 anos. Mas eu também. Mas não depende si, nem depende de mim. Sabe de quem é que depende? Dos alunos que cá andam. Se há quatrocentos e tal alunos que querem estar no Centro de Línguas, ou se há trezentos, ou duzentos, porque se não houver o Centro de Línguas fecha. O Centro de Línguas tem 480 alunos. Será que estão todos enganados? Será que o Senhor Armindo está enganado pelos dois netos dele andarem no Centro de Línguas? Será que eu estou enganado por a minha filha andar no francês e no inglês? Será que se calhar os filhos de muitas pessoas que aqui estão e há pessoas que aqui estão que andaram lá e estudaram lá, será que estamos todos enganados? Agora, transparência, rigor, completamente de acordo. Quando a gente houve falar sobre o Centro de Línguas, parece que as pessoas que lá andam não pagam? As pessoas que andam no Centro de Línguas está aqui no mapa, está distribuído, de receita só de inscrições e de mensalidades estamos a falar de cento e sessenta mil euros (160.000,00€). Ou seja, porque parece que a Câmara Municipal paga tudo. Não. A Câmara Municipal contribuiu, é tal custo social, para sermos um concelho competitivo e*

*para proporcionarmos uma melhor formação nesta área. Eu ouvi com muita atenção todas as intervenções e não vou entrar pelas questões ideológicas. O Eng.º Pinto Moreira falou numa coisa muito interessante que é, hoje, os currículos, a oferta educativa do ensino obrigatória é diferente da que era no tempo do doutor Leopoldo. Estamos completamente de acordo. E aí o Município de Oliveira de Azeméis teve a visão estratégica. Mas repare, o Município de Oliveira de Azeméis, se nós olharmos para a história do Centro de Línguas, o Centro de Línguas nunca foi para substituir nada nem ninguém, foi sempre um ensino de complementaridade, sempre um ensino de aumentar a competitividade. Nós temos hoje empresas, a operar em Oliveira de Azeméis, eu chamava a atenção para isso, peço imensa desculpa, não levem a mal, mas nós temos hoje empresas em Oliveira de Azeméis que não falam outra língua a não ser o inglês e que os seus funcionários, os seus quadros, administradores, gestores, operários, a única oportunidade que tiveram para saber falar inglês e manter o seu emprego foi o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis. Vamos respeitar a história, meus caros. Agora, se nós decidirmos todos: - Não faz sentido; - Vamos acabar. Mas, vamos fazer uma discussão séria sobre a matéria, não vamos andar aqui a atirar pedras. Sinceramente, é que, as vezes, até parece que é uma casmurrice da doutora Gracinda ou minha. Eu estou aqui há quatro anos, o Centro de Línguas desde há 50 anos como disse o Pinto Moreira. Oh Meus caros: - Querem acabar com Centro de Línguas? - Acham que aquilo não é útil? - Acham que é dinheiro a mais que se dá para o Centro de Línguas? Vamos discutir isso de forma séria. Agora, não é no dia em que estamos a discutir o orçamento para o Centro de Línguas. Vamos dizer assim: Ok, assumimos o compromisso de hoje até ao próximo orçamento, nós vamos esclarecer, vamos discutir. E se calhar, se conhecermos o que ali é feito, algumas pessoas mudam de opinião. O Eng.º Pinto Moreira colocou uma questão que precisa de ser, essa, não é esclarecida mais tarde é imediatamente, quando ele colocou a questão da diferença das contas: Uma coisa é o ano civil; Outra coisa é o ano letivo. E portanto, nesta como outras matérias, há discrepâncias relativamente à utilização de recursos. Mas, só para lhe dizer o seguinte: No Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis se precisar, num mês, tem um curso intensivo e eu garanto-lhe que tem condições para chegar a Inglaterra e falar ao mesmo nível inglês de quem lá está. Quem diz inglês, diz francês. Quem diz francês, diz espanhol. E também no alemão. É verdade, eu também faço esse exercício até com gosto e não faço mais porque não posso. Mas é bonito subir lá acima no elevador ou estarmos cá em baixo à espera das crianças. Mas, ao lado das crianças, anda muita gente que podia ser quase avô dessas crianças e porquê? Porque querem melhorar a sua qualificação e porque têm necessidade para o exercício da sua atividade profissional. Porque ele sabe que, se não souberem falar inglês, o primeiro a ser despedido por inadequação ao posto de trabalho é ele. Porque o patrão diz assim: - Oh, meu amigo, você está na parte comercial, sim senhor, você sabe línguas? - Ai não, no meu tempo não havia inglês. - Então, vá aprender. E ele vai aprender. E se ele souber inglês, o patrão já não o pode despedir por ele não saber inglês. Agora, se ele não souber? Eu garanto-vos: Leiam o Código do Trabalho e percebam se ele não pode ser mandado embora por não ter qualificações para o exercício*

daquela função, nomeadamente quem tem funções comerciais. E portanto, nós estamos aqui a assumir, claramente, um serviço público e um custo. Que para nós é um custo, é dinheiro, naturalmente, são setenta e cinco mil euros, que vai até setenta e cinco mil euros durante este ano, mas é visto como um investimento. Agora, eu não sou dogmático em nenhuma matéria e muito menos nestas. É verdade que há concorrência, nestas matérias, privada. Eng.º Pinto Moreira, Senhor Armindo e Nuno Pires: É assim: A própria legislação, nestes apoios, tem vindo a evoluir. Reparem: Aqui há cinco anos era moda ter empresas municipais. Hoje, não há empresas municipais. Nós no apoio que vamos discutir a seguir, que é a Academia de Música, nós temos uma candidatura feita ao POPH. E portanto, há uma participação dos fundos comunitários também para o ensino da música. E depois, há uma participação nossa, há um acrescento nosso, do Município. A Dr.ª Gracinda Leal disse que estamos a tratar, na questão do Centro de Línguas, do reconhecimento do Ministério da Educação. Esta é uma tarefa, que está a ser feita há algum tempo, que demora algum tempo. Imaginem que para o ano o Ministério da Educação reconhece o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis. Logicamente que esse reconhecimento nos permite e possibilita poder ter outro tipo de apoios que já não obriga a um investimento tão grande por parte da Câmara Municipal. Pode ser encarada como uma escola profissional. Há hoje municípios, neste país, que têm escolas profissionais, têm um parceiro privado, uma associação empresarial. Nós podemos também ter que caminhar para essa situação. Agora, o que se passa neste momento, e é isso que nós estamos confrontados, hoje, é a necessidade de definir a participação para o normal e regular funcionamento do Centro de Línguas. Vamos aceitar o desafio – Vamos discutir isto durante o próximo ano? Vamos embora. Não há nenhum problema. Mas, discutir como o Senhor Armindo, como diz e Eng.º Pinto de Moreira, vamos discutir com serenidade. Deixem-me dizer-vos isto: Custa-me, que nesta matéria a gente se divida. Toda a gente tem o direito de votar como quiser, naturalmente. Mas esta é uma matéria que eu acho que nos devia unir, é uma coisa interessante para o nosso Município. Podem vocês dizer: Mas estamos a gastar; Estamos a pôr lá muito dinheiro, temos que meter menos. Eu estou de acordo, temos que meter menos. O nosso objetivo é, claramente, meter menos. Por isso, é que queremos o reconhecimento do Ministério da Educação. Por isso, é que aumentamos a formação. Hoje, o Centro de Línguas tem cursos rápidos e intensivos e sabem porquê? Nós fomos às empresas perguntar o que é que elas queriam. E elas disseram: Nós queremos por exemplo: A empresa X (não vou falar em nomes) diz assim: Eu preciso de formações de oito dias. Sabem onde é que é feita a formação? Não é no Centro de Línguas. As professoras do Centro de Línguas vão às empresas dar formação, oito dias intensivo de inglês, oito dias intensivo de francês e isso está acontecer. Reparem, os manuais escolares, é outro exemplo. Cursos mais pequenos. Poucas horas. Pessoas que já sabem falar bem, mas como vocês sabem, eu até nem sou um bom exemplo nessa matéria naquilo que ao inglês diz respeito. Mas, se nós estivermos dois ou três anos sem falar inglês, quando voltarmos a falar já é uma porra, é ou não é? A gente, já tem que estar ali a pensar duas vezes antes de falar. A gente perceber, continua a perceber. Mas, estivermos dois ou três anos parados, já não conseguimos

*falar com a mesma fluência. Então, em oito dias, estamos ali a ter umas aulas intensivas para poder estar na melhor forma outra vez, para poder fazer negócio, para poder vender sapatos, para poder vender moldes, poder vender o que produzimos seja o que produzimos. Portanto, encarem isto desta forma. Agora: Transparência? Total; Rigor? Total; Diminuição do investimento? Estamos todos de acordo. Isso procuramos fazer em tudo e também aqui. Mas, neste momento é o que precisamos. E portanto, queria aqui mostrar disponibilidade, Senhor Presidente da Assembleia, da Câmara Municipal para estudar esta matéria para ver se podemos construir uma solução consensual. Já percebi que, este ano, não há possibilidades. Paciência. Mas esse desafio está aceite. Vamos trabalhar em conjunto para ver se no próximo, votamos todos favoravelmente o que aqui vier, relativamente ao Centro de Línguas. Muito obrigado e desculpe.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, com vista ao desenvolvimento das atividades e projetos no ano de 2014, com a seguinte votação: - Votos a favor - dezasseis do PSD e um do Presidente da Junta de Freguesia Cesar (Independente); - Votos contra - um do PSD, seis votos do PS e dois do CDS/PP; - Abstenções – uma do Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====*

*===== **Ponto onze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis – Autorização; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que todos tem direito à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art.º 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - Que compete à Camara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro); - Que Academia de Música tem como missão assegurar o ensino artístico, desde a iniciação à formação pré-profissional, proporcionando ao mais elevado número de estudantes o acesso à prática musical especializada. Tem, ainda em vista o desenvolvimento de projetos de vida pessoal e/ou profissional e, conseqüentemente, o enriquecimento da sua região e do país no domínio cultural; - O interesse público municipal, tendo em conta a relevância, a antiguidade e a qualidade do ensino artístico e musical da Academia de Música, e dado que estão a promover e assegurar uma função crucial inerente às atribuições Municipais, designadamente promovendo a inclusão, a democratização do ensino musical nas várias camadas da população e o seu impacto neste*

*Município; - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1028/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, propõe-se: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao apoio para o desenvolvimento das atividades e projetos a prosseguir pela mesma, no ano de 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Também, se o Senhor Presidente autorizar, vou só dar uma brevíssima explicação e depois os pormenores ficam para a Senhora Vereadora Gracinda Leal. Nós gostamos muito das nossas bandas de música. No Município, temos seis excelentes bandas, temos excelentes escolas de música. Mas se falarmos com os maestros e com os gerentes dessas mesmas bandas, eles todos reconhecem o trabalho extraordinário que é desenvolvido pela Academia de Musica. E portanto também aqui, a Academia de Musica num registo diferente, porque tem uma candidatura ao POPH, conforme eu já expliquei, não sei até quando? Mas tem. A Câmara Municipal tem uma participação também nesta formação da música. E por isso se o jovem do instrumento (A) ou do instrumento (B) precisa de um professor sozinho para aperfeiçoar e melhorar a sua qualidade musical nesse mesmo instrumento, onde é que recorre? Á Academia de Musica. Quem é que presta esse serviço? Professores qualificados da Academia de Música. Isto tem custos? Não. Tem um investimento, por parte da Câmara Municipal, na formação musical. E portanto, quando nós ficamos todos satisfeitos com as nossas bandas, com os concertos que elas dão e ficamos todos orgulhosos, seja ela qual for, porque são muito boas, também temos que reconhecer que este esforço financeiro do Município também tem a sua importância.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra à Senhora Vereadora Dr.ª Gracinda Leal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =

===== *A Academia de Música é também uma associação, á semelhança do Centro de Línguas, que tem uma missão também importante que é assegurar o ensino artístico. E o ensino artístico desde a iniciação até á formação pré-profissional. Esse ensino é bastante caro porque, como o Senhor Presidente acabou de dizer, há disciplinas em que há um professor para um aluno. No entanto, a Academia de Musica tem, duas fontes ou três melhor dizendo, três fontes de financiamento, que são: As mensalidades dos seus alunos; A candidatura ao POPH; e também um contrato patrocínio concedido pela DEGES. No entanto, também tem um número de alunos que ronda este ano letivo os 177. Também houve um aumento de 23 relativamente ao ano letivo*

anterior. E também este ano letivo, aumentamos a oferta formativa, criando-se dois cursos: O pré-iniciação e o de precursão. No entanto apesar de termos os 177 alunos, destes, 120 é que são apoiados financeiramente pelo POPH. É um ensino articulado, totalmente gratuito. Só que, o valor total da candidatura não cobre o total das despesas que temos com esse ensino. O Valor do apoio concedido pela DEGEGS também é reduzido, este ano temos cerca de dezoito mil duzentos e sessenta e nove euros (18.269,00€). E as mensalidades que temos, como eu acabei de dizer, 120 alunos são apoiados pelo POPH, o que se concluiu que só 57 alunos é que pagam mensalidades referentes a dez (10) meses. Daí que, não se consegue fazer face as despesas de funcionamento da Academia. O valor das mensalidades também tem o seu custo social, daí a necessidade premente também da comparticipação da Câmara Municipal. Só par esclarecer, relativamente ao Orçamento, a verba relativamente ao subsídio a atribuir pela Câmara Municipal situa-se nos cento e vinte e seis mil (126.000), no entanto no protocolo vão ser atribuídos até quarenta e cinco mil (45.000), porquê? Porque, isto prende-se com candidaturas e com os anos letivos, uma vez que a candidatura ao POPH termina agora em julho e nós não sabemos se haverá ou não candidatura no próximo ano, portanto também há transição nos quadros comunitários. Nós acreditamos que sim, que haja nova candidatura, mas não sabemos também quais serão as regras da nova candidatura. Daí que, penso que não haverá muita surpresa e que conseguiremos sobreviver com este montante. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Costa Gomes, do PSD e Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Costa Gomes, do PSD. =====

===== Mais uma vez, boa noite a todos. E para dizer, Senhor Presidente, Senhora Vereadora, da importância da relevância que tem o ensino da música como educação integral quer de jovens, crianças, mas também adultos com certeza e que, mais do que um custo e como já referiu o Senhor Presidente da Câmara noutras matérias, mais do que um custo é um investimento. Um investimento social. Não só por aquilo que promove, não só por aquilo que ensina, mas principalmente por aquilo que educa. Como sabemos a música quase que poderemos definir como arte de expressão ou de exprimir sentimentos e de educar integralmente as pessoas. E portanto, a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, também já com uma longa história, tradição, memória e identidade, desenvolve um papel e um trabalho muito importante nesta matéria. Como sabem, a Academia funciona desde 1984. A Dr.<sup>a</sup> Gracinda Leal referiu, que tem cerca de 180, 177 alunos mais precisamente. Numa vasta gama de instrumentos ao nível da formação instrumental, que vou aqui escusar-me de referir, mas que aqueles mais atentos podem perfeitamente verificar o tipo de instrumentos que a Academia de Música Oliveira de Azeméis ensina. Mas também diz aqui outras áreas muito importantes, por exemplo: a história da cultura

*e da arte. Realmente é um investimento, na minha perspectiva, muito importante, na medida que vai educando e vai fazendo ou vai reorientando os jovens para o aumento da educação integral. Como disse, atualmente a escola, para além do ensino, que diria: privado, mas por aquelas pessoas que querem aprender música numa perspectiva pessoal, também tem o ensino articulado com o ministério da educação desempenhado um papel fundamental também para aqueles alunos e aqueles jovens que não podendo, mas tendo características próprias para a música, possam ter esse ensino articulado a um custo baixo. E se noutras matérias, ainda há pouco vimos aqui chamar à atenção e dizer à Câmara que tinha responsabilidades sociais noutras áreas: Que a Câmara devia intervir; Que a Câmara devia fazer mais, porque há instituições em risco. Eu não vejo diferença nenhuma também aqui que a Câmara, por sua livre iniciativa, por sua responsabilidade social que tem nesta matéria, apoie financeiramente a Academia de Música, até porque os valores em causa são relativamente, diria, normais. Até porque, eu, também, pessoalmente faço parte de uma escola de música e sei o valor das crianças, dos jovens, dos adultos também, ao sentir, ao terem a experiência com a música. Portanto, Senhor Presidente, Senhora Vereadora, era para dizer e apoiar esta iniciativa e dizer que este protocolo é um protocolo que acima de tudo responsabiliza também o concelho de Oliveira de Azeméis, também nesta matéria, não só no ensino de inglês e das línguas, mas também no ensino da música porque também é um investimento. E também revela e eleva o Município de Oliveira de Azeméis a outras instâncias. Portanto, a bancado do PSD votará favoravelmente a esta proposta e este protocolo de cooperação. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente da Câmara entenda com lealdade mas com frontalidade sempre as intervenções que eu faço. Já nos conhecemos há uns anos valentes, que já lá vão. Já partilhamos alguns projetos em comum e um deles foi a Fundação La-Salette. E sabe que há cinco anos eu disse: -Vou-me embora da Fundação La-salette. E o Senhor Presidente sabe muito bem porquê. O que é certo é que, na altura, o tolo era eu, se calhar. Mas passados cinco e ainda nestes seis primeiros pontos o senhor Presidente vem assumir meio milhão de euros, que esta Câmara tem que assumir, herdados da Fundação La-Salette. Um custo. Relativamente a este ponto da Academia de Música, se na forma pudesse ser equiparado ao anterior, de facto, na substancia nós encontramos muitas nuances. E portanto, Roma e Pavia não se fizeram num dia, há que ter prioridades. O importante é nós termos sempre um sentido de melhoria continua. Os chineses são muito bons, mas os japoneses chegaram lá primeiro. Isto já é com o princípio da melhoria continua: Vamos dar prioridades, vamos fazer uma coisa de cada vez. O direito ao voto, nosso, é uma condição inalienável e portanto nós vamos votar por abstenção. E peço já ao Senhor Presidente da Assembleia, no final da votação, que nos dê o tempo para fazer uma declaração de voto. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, com vista ao desenvolvimento das atividades e projetos no ano de 2014, com a seguinte votação: - Votos a favor - dezassete do PSD e um do Presidente da Junta de Freguesia Cesar (Independente); - Abstenções - seis votos do PS e três do CDS/PP. =====

===== Seguidamente pelo Deputado Pinto Moreira, do CDS/PP, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Nós, os membros do grupo do CDS/PP, declaramos, aqui, para a ata, que nos desvinculamos desta votação”. =====

===== **Ponto doze:** Protocolo de cooperação celebrado entre a Fundação Manuel Brandão e o Município – Projeto “Vivências com (Qual) Idade – Ratificação/ Aprovação;=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que - Em 25.11.2013, foi celebrado protocolo com a Fundação Manuel Brandão com vista à cooperação e colaboração entre os Outorgantes no âmbito do projeto “Vivências com (Qual)Idade”; - O disposto no art.º 137º do C.P.A., propõe-se: A ratificação do citado Protocolo de Cooperação celebrado com a Fundação Manuel Brandão, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que o mesmos respeitam ou foram praticados, ao abrigo do disposto no art.º 137º do C.P.A. Que se remeta à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar de um protocolo com a Fundação Manuel Brandão, que é uma IPSS, para prestar serviço, naquilo que é a sua especialização, as pessoas séniores com mais de 65 anos. O programa chama-se “Vivências com (Qual) Idade” e é um programa interessante e nós naturalmente que aqui o temos de trazer também à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o protocolo de cooperação celebrado entre a Fundação Manuel Brandão e o Município, no âmbito do projeto “Vivências com (Qual)Idade, bem como convalidar todos os atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que os mesmos respeitam ou foram praticados. =====

===== **Ponto treze:** *Contrato de Local de Desenvolvimento Social+ - Ratificação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O disposto na Portaria n.º135-C/2013, de 28 de março (Regulamento do Programa dos CLDS+); - A aprovação em reunião de Câmara Municipal de 4 de junho de 2013, da Entidade Coordenadora Local da Parceria do Contrato Local de Desenvolvimento Social +, para o Município de Oliveira de Azeméis; - Que em 7 de junho de 2013, foi celebrado Protocolo de Compromisso, que estabelece os princípios, as responsabilidades, os direitos e as obrigações dos outorgantes por forma a assegurar a elaboração do Plano de ação dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social + e a formalização dos mesmos; - Que nessa sequência foi celebrado em 15 de janeiro de 2014, entre o Município, o Instituto de Segurança Social, IP e a Obra Social de S. Martinho da Gândara - Contrato Local de Desenvolvimento Social +, que visa a inclusão social dos cidadãos, através da execução de um conjunto de ações que integram vários eixos de intervenção; O disposto no art.º 137º do C.P.A., propõe-se: - A ratificação do Contrato Local de Desenvolvimento Social +, celebrado em 15 de janeiro de 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que o mesmos respeitam ou foram praticados, ao abrigo do disposto no art.º 137º do C.P.A. - Que se remeta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Aliás, isto já foi objeto de informação no período de “Antes da Ordem do Dia”. Como sabem, a Obra Social de S. Martinho da Gândara foi a instituição, IPSS, que aceitou o desafio lançado pela Segurança Social e também pela Câmara Municipal para assumir este CLDS+ - Contrato de Local de Desenvolvimento Social e a Assembleia Municipal tem que ratificar também esse mesmo contrato. Eu já tive oportunidade de o dizer no período de “Antes da Ordem do Dia”, portanto as verbas que estavam em atraso e que tinham sido reclamadas pela instituição, naquilo que diz respeito a este Contrato Local de Desenvolvimento Social já chegaram. E portanto aquelas preocupações manifestadas pelo Dr.º Arlindo Gomes e pelos demais dirigentes, estão superadas e ainda bem.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze:** *Contrato-programa a celebrar com a Obra Social de S. Martinho da Gândara – Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Obra Social de S. Martinho da Gândara é a entidade Coordenadora Local da Parceria do Contrato Local de Desenvolvimento Social + para o Município de Oliveira de Azeméis; - O pedido de apoio financeiro apresentado pela mesma em 21 de janeiro do ano corrente - A alínea o), r) e v) do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; - Que os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1315/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. Em face do exposto, propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato-Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a “ Obra Social de São Martinho da Gândara, nos termos e condições ali estabelecidas; - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Há aqui uma explicação que eu gostava de dar, que se prende com juntas de freguesia e instituições de particulares de solidariedade social nós temos apoiado em 20%, tudo o que são candidaturas à ADRITEM: Quer sejam da juntas; Quer sejam das associações. Se, vocês procurarem os 20% aqui não dá 20% certo. Ou seja, os vinte e cinco mil euros não são vinte e cinco mil euros, são vinte e quatro mil e qualquer coisa. E nós optamos, na conversa com a IPSS, não arredondar para baixo mas arredondar para cima. A diferença é muito pouca. E portanto nós assumimos este compromisso, agora quando foi a inauguração da requalificação do espaço da cozinha e da nova viatura, na presença do Senhor Secretário de Estado e Câmara Municipal e dos Membros da Assembleia Municipal e disse-mos lá que íamos aprovar uma participação até vinte e cinco mil euros neste projeto. É o que estamos aqui a fazer. Já o levamos à reunião de Câmara e agora estamos a aprovar também em sede de Assembleia Municipal. E aqui está mais uma prova, inequívoca, do apoio que tem vindo a ser dado às instituições sociais naturalmente acompanhados dos projetos que tem feito à ADRITEM, ao QREN e a muitos outros programas comunitários e compete-nos a nós naturalmente acompanhar neste esforço de apoio às IPSS's.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, António Cruz, do PSD.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Cruz, do PSD.* =====

===== *As saudações devidas à Mesa, ao Executivo, aos colegas e a todos os presentes. O Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, no passado dia 8, honrou Oliveira de Azeméis e particularmente S. Martinho da Gândara com a sua presença e a sua visita para inaugurar a requalificação da cozinha e uma nova carrinha, uma mini bus como se queira chamar. Como já foi dito, esta requalificação e a compra rondaram os cento e cinco mil euros, houve uma candidatura ao PRODER e à ADRITEM que suportou, ou financiou com setenta e cinco mil euros. O restante há dificuldade, como todos ou muitos já aqui falaram, por parte das IPSS's em suportar e qualquer verba é hoje uma tremenda dor de cabeça para uma IPSS. Portanto o valor em falta para liquidação dos compromissos é demasiado pesado para a tesouraria desta IPSS, como naquela data fez sentir o Senhor Presidente da Direção às entidades presentes. Também a coordenação municipal do Programa CLDS+, que ratificamos no ponto anterior, trouxe responsabilidades acrescidas à Obra Social de S. Martinho da Gândara. Estes factos juntam-se a uma conjuntura social que potencia um rol de dificuldades a todas as IPSS's. Estes motivos justificam o voto favorável da Bancada do PSD a este contrato, ou a esta proposta de contrato-programa. Eu queria aqui abrir um parêntesis, para uma pequena reflexão: Grande parte dos funcionários públicos e privados hoje em dia chegam ao dia vinte e tal ou ao dia trinta quase com a certeza que vão receber, no nosso concelho, e isso não acontece em muitas IPSS's ou em algumas IPSS's. Nós sabemos que a maior parte das direções destas IPSS's arrancam os cabelos que não têm, para governar o dia-a-dia e fazem-no no puro amorismo. Nós, as vezes, andamos numa outra fase: de 35 horas; de tolerância de ponto e por aí a fora. Acho que é a altura de todos nós, todos temos direitos, mas é altura de todos pensarmos que é uma franja social que tem graves, graves, problemas, que tem graves preocupações. Tenho dito.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quinze:** *Protocolo de cedência da Escola EB1 de Santo António à Freguesia de Ossela – Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias; - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento; - A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais devem, entre outros, respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público; - Foi solicitada a utilização do imóvel sito no Lugar de Santo António, da Freguesia de Ossela, (onde funcionava anteriormente a EB1), pela Junta de Freguesia de Ossela, para nele instalar um espaço museológico, desenvolver atividades e*

projetos, designadamente culturais, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Freguesia de Ossela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização do edifício inscrito na matriz sob o artigo imóvel sito no lugar de Santo António, da Freguesia de Ossela, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 457, da mesma Freguesia (onde funcionava anteriormente a EB1), para nele instalar um espaço museológico, desenvolver atividades e projetos culturais, educativos, recreativos, de apoio ao associativismo, perpetuando a memória do escritor Ferreira de Castro; - Que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do 1 do art.º 25º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, senhor Presidente. Isto insere-se naquela estratégia que temos, de cedência de instalações quando elas já não estão a cumprir a sua missão nobre de educação, de as ceder a instituições/ associações sempre em colaboração e articulação com a junta de freguesia, ou no caso onde se justifique ser com a própria junta de freguesia. Esta escola tem um interesse enorme, tendo em conta a relação com Ferreira de Castro e portanto ela está muito bem entregue à Junta de Freguesia. Aquilo que eu espero é que, a Junta de Freguesia a possa dinamizar, para nós justificarmos que valeu a pena a cedência deste espaço à Junta de Freguesia de Ossela. Muito obrigado, senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro da Cidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. O dever das Autarquias Locais em promover a reabilitação urbana (artigo 5º do DL 307/09, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei 32/2012, de 14 de agosto); 2. A política municipal de reabilitação urbana, com a aprovação do "Plano Municipal para a Reabilitação Urbana de Oliveira de Azeméis 2013-2028" (I/84641/2013); 3. As vantagens das operações de reabilitação urbana: - Aumento de qualidade e conforto no espaço público e no edificado; - Oportunidade de criação de emprego qualificado; - Dinamização da economia local; - Fixação

*da população residente com recurso a percursos pendulares; - Mudança estrutural do mercado de habitação, propõe-se: A aprovação da Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis, que inclui os critérios adjacentes à delimitação da área abrangida, os objetivos estratégicos a prosseguir e a respetiva planta com a proposta de delimitação, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas”* =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Se o Senhor Presidente autorizar, eu dava a palavra ao Senhor Vice-presidente, para explicar. Ou seja, isto é mais um instrumento de planeamento e gestão, nesta caso, do centro da cidade, estamos a determinar uma área para que depois possam também ser adotados/ concedidos benefícios fiscais entre outras situações para quem queira fazer este trabalho de reabilitação urbana, que bem precisamos, no centro da cidade. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====*

*===== Muito obrigado. Muito boa noite a todos. Como sempre foi assumido por este Executivo, um dos principais objetivos deste mandato é criar condições para incentivar e implementar a reabilitação urbana no concelho de Oliveira de Azeméis. Através, por um lado, da reabilitação do edificado por parte dos particulares e pela criação de medidas de incentivo, também, para a intervenção municipal, quer ao nível dos edifícios municipais, quer ao nível da intervenção nos espaços públicos, como através da adoção de ações e materiais para reabilitação de certos espaços. Isso, passa por diversas ações públicas, conforme já referimos no programa estratégico de reabilitação urbana do centro da cidade de Oliveira de Azeméis: Uma das ações, é a delimitação de uma área de reabilitação urbana; A outra ação, mais importante, é a aprovação de um programa ou regulamento municipal onde, no fundo, vão ser identificados os principais benefícios que podem ser usufruídos pelos particulares por um lado e as regras para a conceção dos mesmos benefícios. Nós ainda não estamos em condições definitivamente de elaborar o Programa Reabilitar do nosso concelho, porque ainda não sabemos os moldes em que podemos definir esse mesmo programa. Estamos à espera que saiam também os regulamentos por parte do novo quadro comunitário, para podermos definir esse programa mas, independentemente disso, é já possível através da delimitação da área de reabilitação urbana de criar a possibilidade de os particulares poderem usufruir de benefícios fiscais gerais. Existem, Códigos, Leis tributárias que já atribuem benefícios fiscais, inclusivamente os estatutos de benefícios fiscais, a determinadas operações urbanísticas que se*

*insiram dentro de uma área de reabilitação urbana. Portanto, independentemente da definição de um regulamento de atribuição de benefícios municipais para operações de intervenção de reabilitação urbana, já é possível para todas as operações urbanísticas que se insiram dentro desta área de reabilitação urbana que vai ser aprovada, hoje, os promotores poderem usufruir dos benefícios fiscais que, as diversas Leis gerais atribuem a esses particulares, pela operação de reabilitação urbana. A área de reabilitação urbana aqui definida, já foia aprovada e definida no âmbito do Plano Diretor Municipal, centra-se no núcleo original da cidade, na chamada zona histórica da cidade – Rua Bento Carqueja, Rua António Alegria e António José de Almeida. Sendo que, o limite de área de reabilitação urbana seja: a Rua Dr. António Luís Gomes (pai), Rua Dr. Artur Correia Barbosa, Rua 16 de Maio, no lado nascente; e a Avenida Ernesto Pinto Basto e a Avenida Dr. Aníbal Beleza e Avenida D. Maria, no lado ponte; a sul, é delimitada pela Rua Cipriano Nunes Martins. Portanto as chamadas operações de reabilitação urbana simples, que se traduzem na reabilitação urbana dos edifícios por parte dos particulares, nesta área de reabilitação urbana, pode já começar a beneficiar dos benefícios fiscais gerais e também de alguns benefícios fiscais municipais. Porque nós aqui já tivemos oportunidade de na última Assembleia Municipal, de atribuir um incentivo e uma isenção de taxas municipais para uma operação urbanística que se está a realizar, neste caso, na Rua Fernando Paúl e que se insere nesta área de reabilitação urbana. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto dezassete:** Amélia Correia Unipessoal, Lda. – Pedido de isenção do pagamento de taxas relativas à compensação pela não criação de lugares de estacionamento público e ainda pela área coberta destinada a picadeiro; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - dadas as atividades a desenvolver no Centro Hípico, objeto de licenciamento, este equipamento/serviço, não carecerá, em tempo algum, dos cerca de 64 lugares de estacionamento público impostos pelo PDM, - que as características rurais da envolvente não suportariam a execução de um parque de estacionamento para o efeito, quer do ponto de vista ambiental como urbanístico, até porque as restrições de ocupação do solo rural, decorrente das entidades com jurisdição do mesmo, não é conivente com tal pretensão, - os lugares previstos em projeto satisfazem as necessidades reais do equipamento - quer dos funcionários quer dos seus utentes, - apesar da área destinada a picadeiro (482m<sup>2</sup>), por ser coberta, enquadrar a definição de área de construção (para efeitos de cálculo de taxas), esta apenas foi projetada como complemento de conforto ao desenvolvimento da atividade, sendo perfeitamente*

*impermeável, - a contabilização desta área, para efeitos de cálculo de taxas, agrava o valor da taxa total do licenciamento, o que ultrapassa largamente o valor objeto da candidatura da ADRITEM/PRODER; considerando ainda que, tem sido postura deste município o apoio às atividades económicas, incentivando o investimento e a criação de postos de trabalho e ainda numa melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade, propõe-se: a aprovação do pedido de isenção de taxas relativas à compensação dos lugares de estacionamento público não criados (22.400€), bem como da contabilização da área do picadeiro (482m2) para efeitos do cálculo das taxas urbanísticas.”* =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar de um investimento interessante, podemos considerar também um investimento estratégico para o Município de Oliveira de Azeméis, neste caso, sediado na freguesia de Carregosa e tem a ver com a construção de um picadeiro. E a obrigatoriedade que os nossos instrumentos fazem para a criação de 64 lugares de estacionamento para esta infraestrutura. Naturalmente que, o requerente, a proprietária, a investidora tem também uma candidatura, tem um projeto apresentado à ADRITEM, nós tivemos também o contacto da Eng<sup>a</sup> Teresa Pouzada sobre este projeto. E a questão aqui é nós isentarmos o pagamento destes lugares de estacionamento, que é uma coisa que os Regulamentos permitem, tendo em conta a estratégia do desenvolvimento e a justificação que nos é dada. Ou seja, uma infraestrutura ou um equipamento destas não tem nenhuma necessidade, para funcionar bem, de 64 lugares de estacionamento, certo? Portanto vão criar os lugares de estacionamento necessários e compatíveis com o projeto. O projeto é um projeto ligado aos cavalos, é um projeto que passa também pela construção de um picadeiro e por questões relacionadas com a saúde (tratamento de crianças com deficiências) e portanto há aqui também a prestação de algum serviço público também naturalmente. Mas acima de tudo, aquilo que interessa aqui referir, e é para isso que isto também vem à Assembleia, é a isenção do pagamento das taxas pela não criação destes lugares de estacionamento. Portanto, já fizemos essa discussão em reunião de Câmara Municipal e isto foi aprovado sem nenhum problema e portanto, também trazemos agora porque é obviamente obrigatório que seja discutido e aprovado em sede de Assembleia Municipal. Muito obrigado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de António Aguiar - Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Aguiar - Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. =====*

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia – Dr. Jorge, Excelentíssimos Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis- Dr. Hermínio Loureiro, Excelentíssimos Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, caros colegas, imprensa presente, amigos e Oliveirenses. Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, faço votos que aqui tenhamos reuniões de muito trabalho, e pouca política. Todos estamos aqui a trabalhar pelos oliveirenses e nunca nos devemos esquecer desse mesmo objetivo. Quanto ao ponto em causa que aqui falo, trata-se de não complicar as boas iniciativas privadas. Neste caso é uma Carregosense empreendedora que quer criar um Centro Hípico, criar postos de trabalho e alargar a oferta turística em Carregosa. Para a Junta de Freguesia, da qual presido, tudo fazemos para apoiar investimentos, pois ó com as empresas podemos crescer e dar melhores condições aos cidadãos da nossa Terra. Trata-se naturalmente de um equipamento de desporto e lazer inserido no meio rural, pelo que se torna muito difícil a construção de 64 lugares de estacionamento. Mas mais do que isso, eu mesmo pergunto, qual a razão do privado ter de construir tantos lugares de estacionamento para estarem sempre desocupados? Só mesmo em dias de eventos desportivos, é que poderiam ser necessários. Pois, nos dias normais, para os clientes de aulas de equitação, só 10% seriam necessários. E esses lugares de estacionamento têm espaço interno no Centro Hípico, para total capacidade de viaturas. Está inscrito no projeto um total de 16 lugares de estacionamento. Refiro o que o próprio despacho da Autarquia: “ – os lugares previstos em projeto, satisfazem as necessidades reais do equipamento – quer funcionários, quer dos utentes.” Mas ainda que nos dias de maiores eventos tenhamos a 100 metros a EN 227 e toda a zona envolvente que tem muito espaço para estacionar. É que temos Leis complicadas, pois a outras Leis obrigam o Centro Hípico a definir áreas mínimas de pastagem para os cavalos e depois também obriga a 64 lugares de estacionamento. Ora o terreno vai para pastagens ou vai para estacionamento. Assim, e pensando eu não fazer qualquer sentido tal exigência, também não faz qualquer sentido a contrapartida financeira de lugares de estacionamento não criados, neste caso de vinte e dois mil e quatrocentos euros (22.400,00€). Com taxas destas previstas na lei, era o mesmo que dizer aos privados para não fazerem nada. Iria gastar mais em lugares de estacionamento não criados, do que na construção do Centro Hípico. Apelo ao bom senso de todos, manifestando que eu e todos os Presidente de Junta devemos incentivar todos os investimentos de empresas e cidadãos, pois são esses que farão esquecer o nosso concelho, certamente com o nosso apoio e ajuda. Boa noite e obrigado.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Nomeação da comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal.*=====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:* =====

===== *Eu queria aqui dizer alguma coisa. Penso que se estiverem todos de acordo e porque se há coisas que correm bem, hoje as coisas não correram tão bem. Realmente foi uma sessão calma, muito serena, com muito respeito, mas estamos todos tristes. E porque ninguém se quer aproveitar também desta tomada de posição do Partido Socialista, se estivessem todos de acordo e porque acho que é fundamental também que o Partido Socialista integre esta Comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal. Até porque senão sou acusado também, mas agora a culpa não é minha, de terem passado muito tempo sem termos novo Regimento da Assembleia. Se estivessem todos de acordo, eu fazia aqui um apelo para que este ponto fosse transferido para a próxima Assembleia Municipal. De qualquer maneira, eu queria perguntar se alguém se quer pronunciar, sobre esta matéria.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, António Pinto Moreira, do CDS/PP e José Campos, do PSD.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Senhor Presidente, nós somos 39, nesta Assembleia. Meus amigos digo-vos, e acredito, que é com enorme satisfação que eu pertenço e que tenho em participar com esta mole de gente empenhada e de Oliveirenses que estamos aqui porque todos queremos o bem de Oliveira de Azeméis. Devemos estar à altura dos nossos méritos e das nossas responsabilidades e fazer tudo aquilo que for necessário ao nosso alcance, nem que nos custe às vezes, para que daqui, o que saia, saia por unanimidade. Somos 39 e tem de ser 39. É essa a minha maneira de ver.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Campos, do PSD.* =====

===== *Boa noite a todos. Ainda não tinha tido oportunidade de cumprimentar, por isso sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente. Senhor Presidente, a Bancada do PSD acompanha inteiramente, no fundo, as palavras do Eng.º Pinto Moreira e a sugestão do Senhor Presidente. Acho que, é uma sugestão de bom senso. De facto, não faz sentido nomearmos a Comissão de revisão do Regimento sem a presença dos elementos do Partido Socialista. Também não me querendo alongar muito e também não querendo entrar aqui em polémicas, de facto a noite já vai longa, mas também não podia deixar de dizer aqui algumas palavras sobre o incidente. Lamentável de facto. Acho que todos reconhecemos isso, pelo menos todos os que estamos aqui concordamos que foi um incidente lamentável. No entanto, também*

*não podia deixar de dar aqui a minha opinião sobre o assunto, não querendo e volto a repetir, repisar e voltar a repisar. Só que, claramente, nós temos que ter a consciência daquilo que aqui se passou. E, eu acho que, todos nós, acima de tudo, temos de dar um sinal de maturidade democrática. E isto que sirva de exemplo também para o futuro. Eu acho que, sinceramente, neste caso, não foi dado um sinal de maturidade democrática, por parte dos elementos do Partido Socialista aqui presentes. Quem tem acompanhado o histórico das Assembleias Municipais, quem tem acompanhado o histórico da vida política de Oliveira de Azeméis, nos últimos tempos, de facto tem que reconhecer que: Por vezes tem havido excessos de linguagem; Por vezes as críticas ultrapassam as simples críticas; Por vezes há ataques cerrados pessoais. Mas também, nesse sentido, acho que, é quase unanime considerar-se que não tem havido pessoa mais atacada do ponto de vista pessoal, às vezes até com termos muito pouco dignos, do que o nosso Presidente da Câmara. E até também aqui, em outras sessões de Assembleia Municipal, assistimos por vezes a situações lamentáveis em que se ultrapassa a simples crítica e em que os termos que são dirigidos tanto ao Executivo como até a alguns Deputados da Assembleia Municipal muito pouco próprios. E é por isso que eu, sinceramente hoje fiquei estupefacto, triste, muito triste, fiquei estupefacto mesmo. Porque e ainda bem que foi gravado, sinceramente, ainda bem que ficou gravado, porque a discussão estava acesa, é verdade, mas, no momento em si, no momento concreto, de facto a estupefação é maior quando não se vislumbra um motivo, quando não se vislumbra que estivessem a ser utilizados termos abusivos. Se calhar antes tinham sido. Acho que temos todos de refletir muito sobre isto, mas acima de tudo temos todos daqui para a frente de dar um sinal de cultura democrática lá para fora. De facto, para sermos respeitados, temos de saber respeitar. Temos de saber conviver com a crítica também. E temos que saber fazer aquilo que muitas vezes também já vi fazer-se nestas Assembleias. Por vezes, de parte a parte, houve excessos? Sim. E por vezes, de parte a parte, volto a repetir, vi Membros do Executivo, vi Deputados dizerem – “Peço imensa desculpa, se de alguma forma feri a sua suscetibilidade, se de alguma forma se sentiu atacado”. Agora, hoje, sinceramente, acho que, não havia motivo para isto. E saio daqui triste. De qualquer forma, a Assembleia hoje não foi dignificada mas, eu queria dar aqui uma palavra aos Presidentes de Junta do Partido Socialista que deram o sinal da tal maturidade democrática que eu acho que é importante e que daqui para a frente todos temos de dar em prol de facto de Oliveira de Azeméis. Porque hoje, apesar do esforço, apesar de ter havido debate. Mas estivemos a falar os presidentes de Junta, a Bancada do CDS, do Partido Social democrata mas faltou de facto com pena, faltou de facto a Bancada do Partido Socialista e o debate assim ficou menos rico. Muito obrigado. =====*

**=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===**

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de, António Cruz, Abel Correia e Leonel Martins. =====*

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor António Cruz, residente na freguesia de S. Martinho da Gândara.*  
=====

=====  
*Esta minha intervenção só tem uma finalidade, é agradecer ao Executivo o facto de ter posto fim, digamos, pago um protocolo que já tinha algumas barbas para com a Fábrica da Igreja de S. Martinho da Gândara. Eu agradeço publicamente, enquanto Gandareense, porque, enquanto Gandareense, também publicamente numa Assembleia tive o cuidado de transmitir que, era uma preocupação da Paroquia, da Freguesia, o não cumprimento daquele protocolo. E como não sou pessoa de “morder” nos calcanhares e não “ladrar”, falo publicamente aquilo que penso. Mas, depois, tenho a humildade de agradecer ao Executivo a sua, digamos, boa vontade. E faço-o publicamente, também porque a Câmara e faço-o quatro meses depois de o cheque ter sido entregue, porque a Câmara o fez com sempre o deve fazer, acho eu: Dá-se as coisas com o devido recado. Agora quem agradece e quem reivindica durante muito tempo e até quem poem um bocadinho de mal o bom nome da Câmara Municipal, devia agora divulgar que recebemos o cheque e que afinal de contas eles até são pessoas de bem. Tenho dito. Muito obrigado, Senhor Presidente.*  
=====

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Abel Correia, residente na freguesia de Cucujães.*  
=====

=====  
*Muito boa noite a todos. Eu sou Abel Correia e estou aqui como coordenador da formação do Atlético Clube de Cucujães e gostava de partilhar algumas coisas com vocês e obter a vossa ajuda. O Atlético Clube de Cucujães é uma instituição com mais de 90 anos e neste momento tem um grave problema de infraestruturas. Ou seja, os nossos jovens, neste momento, praticam futebol em condições muito precárias. E por incompetência nossa não estamos a conseguir colaboração, ou não conseguimos dar o passo seguinte para pensar o que será necessário para o Cucujães no futuro. E nós estamos cá para pedir a ajuda de todos, não só da Câmara, da estrutura, mas sim de toda a gente para nos tentar ajudar a criarmos um modelo a pensarmos o que é que queremos para o Cucujães. Nós, o Cucujães, e quando digo – Cucujães é sempre o Atlético Clube de Cucujães, tem obra. E vi aqui outras situações a dizer que são cheques em branco. Nós não queremos e não é nossa intenção exigir que cheguem lá e nos façam novas infraestruturas, que nos criem um sintético, que nos dêem novos campos. Nós queremos abrir a discussão. Porque, nos últimos anos, muitos de nós estão há dez anos no clube, vinte anos no clube e, tem existido sempre esta sensação que estamos à espera de alguma coisa. E nós precisamos dessa vossa ajuda. Nós estamos disponíveis. Nenhum de nós é profissional e estamos disponíveis para a qualquer hora sentar numa mesa, discutir, falar, trazer as nossa ideias e, este é o apelo que precisamos de fazer: -Precisamos da vossa ajuda -. =*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor professor Leonel Martins, residente na União das freguesias de Oliveira de Azeméis /Santiago de Riba-Ul / Ul / Macinhata da Seixa / Madail.* =====

===== *Boa noite. Se me permitem falar para o público. O assunto que me trouxe aqui e vou só fazer um aparte: Foi usada uma intervenção que eu fiz, aqui, na última Assembleia, como arma de arremesso, portanto, de ataque, à figura do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. E os argumentos utilizados, foi que: - eu vim aqui e ofendi os Membros da Assembleia Municipal -. Este é talvez o décimo ano que eu frequento esta casa. Reconheço que, a minha linguagem não é muito elaborada, é uma linguagem terra a terra, talvez fruto da minha profissão, convivo com os miúdos e uso uma linguagem no sentido de eles perceberem. Reconheço isso. Mas, longe de mim qualquer intenção de ofender as pessoas. Eu tenho noção dos termos que utilizei da outra vez, sei perfeitamente que utilizei a palavra – iluminados – mas foi no melhor dos sentidos. Ou seja, foi no sentido de dizer que era preciso que esta casa se abrisse a toda a comunidade Oliveirense, ou seja que as pessoas viessem aqui que soubessem que eram escutas e que havia um retorno relativamente às críticas ou aos pedidos de observação que fizeram. Foi nesse sentido, nada mais do que isso, sem ofender ninguém. Sei que por vezes posso-me exceder no tipo de linguagem, mas longe de mim a intenção de ofender alguém. E, achei bastante estranho e para mais de uma pessoa que conhecia há muitos anos, achei extremamente estranho que o Carlos, o líder do PS, tivesse utilizado a minha figura para voltar novamente a estes ataques que, aos quais não me dizem respeito. Eu não tenho nada a ver com estes ataques. Da outra vez quando eu intervi foi no sentido de esclarecer uma situação, que não vale a pena falar nisso. Ninguém me pagou. Na altura, ninguém me pediu para vir defender o Senhor Presidente. Tal e qual como ninguém me pagou, se fosse preciso, eu também atacava o Senhor Presidente, na altura. Por outro lado, também foi mencionado que eu às vezes faço intervenções que não estão previstas no Regulamento. Portanto, foi uma outra observação que fizeram, que eu às vezes venho aqui falar de assuntos que não fazem parte nem estão previstos no regulamento. Mas, foi uma observação, o Carlos também fez essa observação. Portanto, Senhor Presidente, quando eu, eventualmente, estiver a dizer alguma coisa que não deva falar, se faz o favor, interrompa. Portanto, feito este aparte que, sinceramente, nunca imaginava. Nunca imaginei que me fizessem uma coisa destas. Eu vim cá falar sobre quatro pormenores. Um pormenor é sobre a Bento Carqueja. E em primeiro lugar: Agradecer o facto de a Câmara Municipal estar a intervir e a por as grades na parte de trás, que está minimizado por questões de segurança. E outra questão era a cobertura das salas. Algumas salas, na Bento Carqueja, estão a meter água. Nomeadamente, eu estou também a falar na qualidade de encarregado de educação, há uma sala que devido à intempérie que se verificou há duas ou três semanas levantou a cobertura de amianto e a água está entrar nesse espaço. Deitaram um plástico por cima. Eu sei que, a União de Freguesias, o Senhor Ramiro chegou lá a estar com um senhor para cortar lá umas placas em chapa, mas depois parece que houve um problema com o senhor*

*parece que se magoou e as chapas não foram repostas. Eu queria pedir se era possível a Câmara Municipal, embora não dependa da Câmara, aquilo é do Parque Escolar, mas se fosse possível á Câmara Municipal ou a União das Freguesias repor aquelas chapas para evitar a entrada de água, agradecia na qualidade de encarregado de educação. Por outro lado, queria chamar também à atenção, se me permite, para uma passadeira que existe em Travanca numa zona junto à Igreja em que a via é bastante larga e tem até ali uns cafés de um lado e do outro e tem ali uma passadeira que tem muito pouca visibilidade e á noite tem-se uma certa dificuldade em visualizar passadeira. Não sei se colocando mais luz, ou pintando a passadeira, de qualquer forma, para dar mais garantia aos peões e eventualmente aos próprios condutores. Uma outra situação, que eu já referi numa reunião de Câmara, é aquela presença na entrada da Igreja dos ferros por cima da porta. Eu posso dizer que várias pessoas que frequentam a Igreja já vieram falar comigo e concordaram, inclusivamente disseram para eu não desistir. Não concordo que aquilo esteja lá. É lógico que eu não tenho competência para ir ter com o Padre Albino e pedir-lhe a ele para tirar de lá aquilo. Eu acho que e atendendo que o edifício é considerado, pelo menos, de interesse municipal, acho que a Câmara poderia intervir no sentido de tirar de lá aqueles ferros que estão a desvirtuar a fachada da Igreja. Depois uma outra situação é caso do Largo da Câmara. Eu acho que já ia sendo ocasião para encontrar uma solução para o piso, porque aquilo de dia para dia está a ficar cada vez mais deteriorado. Portanto, é um risco para as pessoas. Agora, é lógico que, há uma questão de fundo que é, o evitar o trânsito naquele sítio. Porque, continuar a passar lá carros e a estacionar lá automóveis é colocar as pedras e elas voltarem novamente a estragar-se. Muito boa noite. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Muito obrigado, senhor professor. Não vou referir mais nada. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Desejar-vos a todos um bom fim-de-semana e muito obrigado pela vossa presença.*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 20 h e 45 m, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====*